



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MÜLLER JÚNIOR SOUSA FERREIRA

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM FISSURA
LABIOPALATINA NAS ESCOLAS SANTA CLARA E ASCENDENDO AS
LUZES (CEPAL), NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PA.**

**ABAETETUBA – PA
2021**

MÜLLER JÚNIOR SOUSA FERREIRA

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM FISSURA
LABIOPALATINA NAS ESCOLAS SANTA CLARA E ASCENDENDO AS
LUZES (CEPAL), NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Campos Pojo Toutonge.

MÜLLER JÚNIOR SOUSA FERREIRA

O PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM FISSURA LABIOPALATINA NAS ESCOLAS SANTA CLARA E ASCENDENDO AS LUZES (CEPAL), NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana Pojo Toutonge.

Aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Eliana Campos Pojo Toutonge – UFPA
Orientadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – UFPA

Prof^a. Msc. Lina Glaucia Dantas Elias – UFPA, Campus Abaetetuba
Examinadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais

Prof^a. Maria Madalena Silva da Silva – UFPA, Campus Abaetetuba
Examinadora – Membro externa

Dedicado à minha família: em especial aos meus pais por me educarem e pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da minha vida e por me permitir chegar ao fim de mais uma etapa.

À minha família, que sempre me apoio em todas as minhas decisões e pelos ensinamentos.

À minha mãe Lourdes Sousa Ferreira e ao meu pai Cipriano da Costa Ferreira que onde quer que esteja sinto sempre sua presença.

Aos meus professores/professoras, que contribuíram para minha formação profissional e pessoal, em especial a minha orientadora Profa Dra. Eliana Pojo, pela dedicação e compromisso e por sempre me incentivar para que esse trabalho fosse concluído, pelas motivações nos momentos mais difíceis, que pensei em desistir.

Agradecimentos ainda aos Professores: Larissa Aviz, Raimundo Bacha, Zulema, Antonilda e Enilson Sousa, por toda gentileza e contribuições na minha formação e para além disso por mostrar que podemos construir uma educação emancipadora, onde os alunos se sintam valorizados/as.

Aos meus amigos/amigas de turma, Pedagogia 2016, pela amizade e aprendizado que construímos juntos. Avante sempre!

Ao meu grupo de trabalho, a vocês meus mais sinceros agradecimentos; aprendi muito com vocês! Eduardo, Antônio, Richard, Damiana, Joyce, Suziellen, por nossa amizade e companheirismo. Eternas amizades!

Aos amigos Eduardo e Suziellen minha eterna gratidão, pois vocês se fizeram presente no momento mais difícil da minha vida. Meu muito obrigado!

A minha amada esposa Antônia Ferreira, por estar sempre comigo, pelo seu amor, carinho e companheirismo. Te amo e te amarei sempre!

A todos os vigilantes da UFPA pelas amizades e momentos de lazer.

E a todos/todas aqueles/aquelas que contribuíram para que essa etapa fosse concluída!

“Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

Mantoan

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir o processo de inclusão da criança com fissura labiopalatina, com ênfase as condições de interação, desenvolvimento e aprendizagem. Para isso, tomamos como lócus duas escolas do município de Abaetetuba-Pará, que atendem alunos com essa malformação, com vistas a processos educativos e de inclusão nessas escolas. A pesquisa de cunho qualitativo, abarcou a coleta de dados a partir de observações e entrevistas junto de educadores, pais e estudantes. Também, foi útil ao debate a minha própria história de vida, pois sou acometido de fissura labiopalatina. No referencial teórico foram aprofundando questões da inclusão, formação docente, fissura labiopalatina tomando autores, tais como Aranha (1995; 2000; 2001), Arroyo (2015; 2017), Buffa (2009), Freire (2016), Gadotti (2007), Louro (2014), Mantoan (2003; 2013), (Silva (2018), Stainback (1999). Após a análise dos dados, os resultados obtidos apontam que a pessoa com fissura labiopalatina vivência em seu processo educativo escolar situações particulares que a depender da escola sente-se mais observado e acolhido nesse ambiente. Ressoa, assim aspectos peculiares com tendência para a invisibilidade de sua vida, em plenitude.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Fissura Labiopalatina. Aprendizagem.

ABSTRACT

This study aims to discuss the inclusion process of children with cleft lip and palate, with emphasis on the conditions of interaction, development and learning. For this, we take as a locus two schools in the municipality of Abaetetuba-Pará, which serve students with this malformation, with a view to educational and inclusion processes in these schools. The qualitative research included data collection based on observations and interviews with educators, parents and students. Also, my own life story was useful for the debate, as I have a cleft lip and palate. In the theoretical framework, issues of inclusion, teacher training, cleft lip and palate were taken further by authors, such as Aranha (1995; 2000; 2001), Arroyo (2015; 2017), Buffa (2009), Freire (2016), Gadotti (2007), Louro (2014), Mantoan (2003; 2013), (Silva (2018), Stainback (1999). After analyzing the data, the results obtained point out that the person with cleft lip and palate experiences in their school educational process particular situations that depend on at school he feels more observed and welcomed in this environment, which resonates with peculiar aspects with a tendency towards the invisibility of his life, in fullness.

Keywords: Inclusive Education. Cleft lip and palate. Learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS .	17
1.1 Contextualização histórica acerca da concepção de deficiência.....	19
1.2 Atos normativos de inclusão no cenário internacional e brasileiro	24
1.3 Fissuras Labiopalatinas e o processo educacional “Inclusivo”	29
CAPÍTULO II - PRÁTICA DOCENTE E PARTICIPAÇÃO: VISÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	34
2.1 O atendimento de estudantes nas Escolas Santa Clara e Cepal	35
2.2 A escolarização de crianças com fissuras labiopalatinas.....	41
2.3 Educação Inclusiva: dilemas e desafios dos professores no ambiente escolar	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	56

INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, que a prática escolar e social de pessoas com deficiência ou aquelas que apresentem traços divergentes dos padrões da sociedade vem sendo observada e tratada de diversas maneiras, acarretando constantes mudanças. Na atualidade, podemos perceber avanços significativos para esse público, classificado como pessoa com deficiência, especialmente com as demandas para os espaços escolar e social de modo inclusivo, todavia não podemos esquecer dos desafios ainda enfrentados por esses grupos para que realmente se vivencie ambiente social que garanta as plenas condições para o desenvolvimento de todos os sujeitos.

É mister ressaltar que o processo de inclusão de quaisquer que sejam os sujeitos com ou sem deficiência se estabeleça e se concretize dentro da sociedade e, pontualmente no espaço escolar, muitos são os fatores que necessitam ser debatidos, aprendidos, ressignificados, adaptados e construídos para que de fato se assegure processos inclusivos, cujo respaldo encontra-se nas leis: Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca, LDB/96 e PNEE-PEI (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) etc.

Dessa forma, entendemos como Mantoan (2003, p.14) a inclusão escolar “uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

Neste trabalho nos detemos no processo educacional inclusivo ou não dos alunos/as que apresentem algum tipo de fissura labial (unilateral e bilateral), fissura lábio palatal e/ou palatinas (unilateral e bilateral) e fissura labiopalatina (FLP). Essa são malformações que atingem a face do ser humano e são estabelecidas na vida intrauterina, mais precisamente no período embrionário e no princípio do período fetal, ou seja, a 12^a semana gestacional sendo representadas, clinicamente, pela ausência de fechamento do lábio, do palato, conjunta ou isoladamente (SILVA FILHO & FREITAS 2007 apud BUFFA, 2009, p.45). Vale ressaltar que do ponto de vista das pessoas, os sujeitos acometidos com fissura labiopalatina não são classificados em termos legais como ‘sujeitos com deficiência’, mas colocamos dentro do debate da inclusão pela dinâmica processual de vida e de escolarização no que Mantoan (2003) classifica como da ordem da necessidade para a educação que “reconhece e valoriza as diferenças”.

Por ser difícil identificar um fator causal específico para essa malformação, as crianças com FLP¹, são vistas por alguns estudiosos como uma fatalidade² biológica, por ser difícil um diagnóstico preciso. Na maioria das vezes a criança passa por situações constrangedoras em seu meio social.

Segundo estudos apresentados por Silva Filho e Freitas (2007, apud BUFFA, 2009, p.46) diz ser [...] a ocorrência desta malformação, no Brasil é de 1 para cada 650 nascimentos.

Também, de acordo com estudos apresentados por Buffa (2009) essa malformação gera algumas limitações para o pleno desenvolvimento da criança, pois afeta os aspectos de sua estética e de comunicação, afeta o psicossocial da pessoa acarretando em grande parte dificuldades no seu processo de ensino-aprendizagem. Comumente essa criança passa por situações constrangedoras devido ela ser “diferente” e, também, por apresentar distúrbios na fala, característicos em muitos casos dessa malformação.

Com base em tais pressupostos, este trabalho de conclusão de curso discorre sobre a seguinte problemática: De que maneira as escolas Santa Clara e Ascendendo as Luzes - CEPAL, no Município de Abaetetuba, convivem com as especificidades dos alunos com FLP de modo a garantir de um processo educativo inclusivo? Com isso, este trabalho traz como objetivo geral: refletir sobre o processo de inclusão da criança com fissura labiopalatina, com ênfase as condições de interação, desenvolvimento e aprendizagem nas escolas Santa Clara e Ascendendo as Luzes no Município de Abaetetuba-PA. São os objetivos específicos: Identificar quais elementos estão dispostos no cotidiano escolar que buscam assegurar o processo de inclusão do sujeito com fissura labiopalatina; Caracterizar o tipo de formação que os professores possuem sobre fenda labiopalatina, no sentido do auxílio para sua atuação pedagógica junto a um estudante em sala de aula e; Analisar o papel da família no processo de inclusão e como a criança com FLP se percebe e é percebida no contexto escolar.

Com base na questão assinalada, nos objetivos e pelo desejo de aprofundar a temática, cabe dizer que essa malformação é inerente a minha vida, derivando na escolha da temática como forma de trazer para o conhecimento dos membros da escola e, demais interessados, a possibilidade de conhecimento sobre esta malformação.

Socializo alguns extratos de minha história, de pessoa que possui essa malformação. Ao nascer fui diagnosticado com fissura labiopalatina de denominação transforme incisivo, que são as fissuras de maior gravidade, podendo ser unilaterais ou bilaterais, que atingem o

¹ Fissuras Labiopalatina

² O termo fatalidade nesse contexto fica relacionado ao fato de não ter uma causa específica comprovada para o surgimento dessa malformação em questão.

lábio, arcada alveolar e todo o palato. Então, desde os primeiros anos de vida experienciei momentos bastantes desagradáveis e negativos que em mim deixaram marcas profundas, embora hoje já consiga depurar e até falar dessas marcas e situações vividas.

Ao fazer a transição do contexto familiar para o educacional, emergiram inúmeros desafios no sentido da minha interação com o ambiente escolar sobressaindo principalmente a situação da minha estética, visto que nesse período (7 anos) ainda não tinha sido submetido a nenhum processo cirúrgico, dessa forma meu ingresso na escola também foi vivido com situações de gozações, atos preconceituosos e desumanos por parte de outras crianças, as quais refletiam em mim um sentimento de profunda dor, pois naquele momento me sentia um estranho no ambiente escolar diante de pessoas “sem deficiência” e/ou diferenças visíveis como a que me identificava.

Em muitas ocasiões a mim era perguntado: o que estava falando? Se estava falando em inglês? Chamavam-me de boca partida, nariz chato e outras terminologias inferiorizantes que se repetiram em grande parte do meu processo escolar e social. Contudo o isolamento e a timidez foram se tornando mecanismos de defesa, e tais atitudes de certo modo me colocava como o “centro” das atenções nas escolas por onde passei.

Nesse interim, posso dizer que durante a transição do lar ao processo escolar o meu porto seguro foi minha família, tempo e espaço afetivo que me proporcionou tranquilidade, relações seguras e ter contato com outras pessoas, tudo isso me fez entender que as pessoas são diferentes umas das outras. No entanto, na escola nem sempre as coisas se processaram da mesma forma, senti por vezes a sensação de estar sendo prejudicado na minha dignidade. Ainda hoje, eu percebo em mim tais marcas e frustrações, com o sentimento de que por parte das escolas onde passei não houve o acolhimento e nenhum feedback que ajudasse no meu desenvolvimento nesse aspecto da minha diferença estética e até afetiva decorrente da fissura labiopalatina. Posso dizer, que por vezes senti-me prejudicado quando da passagem pela etapa educacional.

Na minha vivência educacional fiz esforço para compensar algumas limitações inerentes da fissura labiopalatina quando, por exemplo, nos trabalhos onde a exposição oral era requerida, passava pela dificuldade da fala, e da parte dos professores, na maioria das vezes, era a única proposta didática a ser aplicada para todos/as da turma. Com isso, restava-me compensar nos trabalhos e provas buscando um rendimento satisfatório para obter progresso nos estudos. Nesse percurso escolar, quando houve a oportunidade de iniciar o tratamento na cidade de Bauru (São Paulo) com as intensas ausências, acarretou na minha reprovação na quarta série.

Assim, toda minha trajetória escolar ocorreu por entre práticas inferiorizantes e preconceituosas, ora por vezes com menos intensidade, todavia me acompanhou até o ingresso na Universidade.

Ao ingressar na UFPA (2016), pude experimentar um processo emancipador através de debates e convívios com diferenças sendo possível me posicionar e me situar naquele espaço, embora com poucos debates sobre a fissura labiopalatina. Conseguir desde então o meu lugar de fala, mostrando que nesse espaço de debate, pesquisa e construção de conhecimento se fazia presente um aluno acometido com essa malformação pouco conhecida e debatida.

Nesse tempo de curso, aprendi um pouco mais dessa dinâmica emancipadora como pessoa com FLP, somado a discussões sobre inclusão, sobre o respeito com as diferenças e o convívio com outras especificidades, como por exemplo, aprendi a conviver e interagir com uma colega de turma surda, e dessa forma tais aprendizados e convívios posso dizer ajudaram-me a me “despedir” dos traumas passados e sendo preenchido por sensações de experimentar novas oportunidades e os avanços vem sendo visíveis na minha vida pessoal e profissional.

Tais situações descritas e até negativas pelas quais eu passei, me sustentaram na ideia de pesquisar sobre a temática e colaborar no sentido de trazer para o âmbito acadêmico questões pertinentes sobre a inclusão e em especial da pessoa com FLP. Outrossim, colaborar com a disseminação da temática, pois ainda presenciamos certos pensamentos errôneos em relação à essência do conceito de inclusão.

De certo modo, devido minha história de vida de pessoa FLP, minha satisfação contempla em poder deixar a temática narrada nesse trabalho para que, aos interessados no assunto da inclusão haja uma pista de leitura e continuidade e, dessa forma possam encontrar suportes para que alunos, professores e familiares encontrem no âmbito escolar mecanismos de como superar suas dificuldades.

Assim, esse trabalho adentra questões referentes a este tipo de malformação e, como esse processo de inclusão acontece dentro do contexto escolar, pois, mesmo ainda não sendo considerada uma deficiência como mencionamos, partimos do pressuposto que a todos e todas deve ser garantido o ingresso e a permanência no processo educativo escolar sem nenhuma forma de discriminação, garantido sua permanência e atendendo suas necessidades para o pleno desenvolvimento de suas capacidades e o exercício da cidadania.

O processo de inclusão ainda que assegurado por leis, na maioria das vezes não acontece de fato e seu entendimento é divergente para educadores e demais envolvidos com a escola, acarretando prejuízos para os educandos e familiares. Neste sentido, Mantoan (2003)

adverte que as escolas inclusivas proponham ao seu coletivo um modo de organização educacional e curricular que considere as necessidades de todos os alunos.

O certo é que as crianças com FLP, em sua maioria passam por inúmeras situações constrangedoras na escola e fora dela, situações geradas por falta de sensibilidade e respeito com o ser humano, por falta de entendimento sobre essa malformação. No caso do contexto escolar, além dessas dificuldades soma-se a ausência de uma formação dos professores e dos demais trabalhadores da educação para a diversidade e inclusão, decorrendo que quando se defrontam com crianças que apresentem FLP ou outras deficiências ficam sem saber como proceder com justiça, dignidade e condução pedagógica apropriada, sem nenhuma forma de discriminação.

Das pesquisas que pude fazer, realizadas em sites como biblioteca central UFPA, Scielo e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi possível perceber que a temática voltada ao processo escolar de alunos com FLP tem uma escassa literatura. Dessa forma, esse campo ainda é pouco discutido no Brasil e isso tem um grau ainda mais acentuado na região Norte e mais ainda no município de Abaetetuba, ressoando assim um certo estranhamento das pessoas quando precisam conviver com crianças que trazem essa malformação.

Logo, a pesquisa poderá contribuir com o aprofundamento da questão no âmbito escolar, de modo a problematização das condições plenas dos sujeitos, pois a inclusão precisa avançar na sociedade e no âmbito escolar. Reafirmamos, no que tange as crianças com FLP os conhecimentos são raros acarretando como dito anteriormente um desconhecimento tanto da malformação quanto da inclusão dessa criança no contexto educacional e demais segmentos da sociedade.

Este trabalho ficou estruturado em dois capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. Os capítulos são as seguintes: “Escola e a educação inclusiva: avanços e desafios” e a “Prática docente e participação: visões sobre a educação inclusiva”.

No capítulo 1, “Escola e a educação inclusiva: avanços e desafios”, damos ênfase aos diversos momentos da história da sociedade e como as pessoas com deficiências eram visualizadas, fazemos com base nos diversos documentos normativos que orientam e asseguram a inclusão e o respeito a diversidade no contexto escolar. No capítulo 2, “Prática docente e participação: visões sobre a educação inclusiva” pormenorizamos, com base em dados empíricos, acerca dos desafios vividos no ambiente escolar, especialmente focalizado na prática docente e as condições de acesso e permanência estudantes com FLP situadas nas escolas Santa Clara e Ascendendo as Luzes – CEPAL.

Aspectos Metodológicos

A pesquisa, de cunho qualitativo, se desloca para uma aproximação com o objeto a ser pesquisado e possibilitará uma compreensão dos processos e significados pelos quais esse estudo visa explorar, no caso os envolvidos com o processo educativo escolar de crianças com FLP. Sobre este tipo de abordagem, Minayo afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, as aspirações, crenças, valores e atitude, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 21).

Para o aprofundamento da temática nos embasamos em estudos teóricos de vários autores/as, que em suas teorias, abordam nos seus estudos sobre educação inclusiva, sobre os sentidos da escola, sobre a especificidade da pessoa com fissura labiopalatina entre eles: Gadotti (2007), Louro (2014), Arroyo (2015; 2017), Silva (2018), Aranha (1995), Mantoan (2003; 2013), Buffa (2009), Freire (2016).

Junto ao aprofundamento teórico, realizamos uma breve pesquisa de campo que abarcou a coleta de dados com o uso de observações nas escolas, de entrevistas com educadores, pais e crianças das duas escolas, também trouxe a minha própria história de vida como parte de uma situação concreta no que tange ao assunto em tela.

Sobre os participantes, Ycaro no ano de 2019 tinha 11 anos e cursava o 4º ano, Emerson estava preste a completar 11 anos e estava no 5º ano, ambos os sujeitos alvo da pesquisa são os únicos nas suas famílias e escola acometidos com fissura labiopalatinas. Nosso interesse pela temática foi recebido por todos os envolvidos com entusiasmos, especialmente por Ycaro e Emerson, quando a eles foram apresentados nosso interesse, a temática e o objeto da pesquisa sentiram-se representados e, obviamente pelo pesquisador comungar da mesma cicatriz e dos mesmos entraves no seu processo educacional.

Contar fragmentos da minha história foi um exercício difícil, pois tive que lembrar um passado que por vezes é melhor esquecer por envolver momentos traumáticos e dolorosos do qual experienciei situações agudas de isolamentos e preconceitos. Todavia, julgamos pertinente fazer parte no estudo, pelo fato de as histórias de vida serem relatos extremamente pertinentes que podemos compreender em determinados fenômenos. Fez-se assim, “o uso das narrativas [...] a uma complementariedade com outras fontes” (DEMARTINI, 2013, p.203).

Dentro do escopo do trabalho as observações in lócus que tivera início na Escola Santa Clara dia 25/10/2019 e na Escola CEPAL dia 05/11/2019, foram fundamentais, a partir delas

podemos ter acessos as informações dos processos educacionais dos sujeitos da pesquisa, como estes se percebem nos contextos escolares e as formas como as escolas os receberam.

A pesquisa de campo compomos com informações documentais das duas escolas (Projeto e organização pedagógica e funcional), com relatos e histórias por meio de entrevistas e conversas informais com os participantes da pesquisa. Foi tomado os devidos esclarecimentos da pesquisa, sua finalidade e uso dos dados que seriam coletados, assim com transparência e ética no desenvolvimento deste trabalho todos/as os sujeitos, exceto as duas crianças, assinaram o termo de consentimento concordando em participar da pesquisa, sendo preservado suas identidades derivando no uso de nomes fictícios no texto.

Vale ressaltar que as entrevistas aconteceram algumas vezes nas escolas e outras vezes na casa dos alunos tomando todos os cuidados com saúde devido ao tempo de pandemia que de certo modo atravessou a pesquisa. Assim, a coleta de dados ocorreu no período de novembro de 2019 e se estendeu até janeiro de 2020, neste último ano ficamos bastante limitados para dar continuidade à pesquisa de campo e fazer observações pertinentes, assim algumas questões ficaram por aprofundar, devido a interrupção das aulas presenciais, embora antes disso já tínhamos material e informação considerável para prosseguir com o estudo.

Delimitamos como lócus as escolas: Escola Municipal Ascendendo as Luzes – CEPAL, localizada no bairro Aviação e a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Santa Clara. A escolha pelas escolas foi por ambas possuírem aluno com fissura labiopalatina, observação realizada quando ainda tinha a pretensão de realizar o estudo e escrevia o projeto de pesquisa, sendo possível constatar se teria como prosseguir com esse objeto de investigação.

As escolas atendem alunos que possuem a fissura labiopalatina, obviamente que cada um com características próprias de vida e de vida escolar, que receberão nomes fictícios de Ycaro (Aluno da Escola CEPAL) e Emerson (Aluno da Escola Santa Clara), visando resguardar suas reais identificações e validando o que foi acordado com eles e com seus familiares. Também, participaram deste processo o coordenador pedagógico João Maria (de forma informal) da Escola Cepal e o Professor Leonardo que atua como docente, a Gestora Bruna, a secretária Rose e a professora Nazaré, todos profissionais da Escola Santa Clara. Contribuíram ainda com a pesquisa o pai do aluno Emerson, seu Ivo e a mãe de Ycaro, Dona Joana.

CAPÍTULO I - ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS

A escola desde seu advento fora pensada e planejada para o recebimento de sujeitos advindos da classe dominante. Trata-se de um espaço privilegiado para receber alguns em detrimento de outros. Nesse sentido, Louro (2014, p.61) afirma que, “as instituições desde seus inícios exerceram uma função distintiva, ela se incumbiu em separar os sujeitos. Os que nela poderiam ter acessos, distintos dos outros dos quais não poderiam estar”. Neste cenário de tensões e contrariedades a história aponta que indivíduos com deficiências estavam e, por que não dizer que, na contemporaneidade permanecem no grupo pelas quais as instituições de ensino insistem em negar o direito de acesso e permanência, mesmo havendo hoje amparos legais que assegurem tais direitos. Sobre o papel da escola no processo de segregação, essa mesma autora (2014) ratifica que as escolas produziram ao longo do tempo as “diferenças, distinções, desigualdades” dessa maneira as escolas entendem muito bem disso, afinal foram e ainda são produtoras de atos de discriminação e desigualdade.

Estas escolas passaram a ser caracterizadas como espaços de segregação entre sujeitos “sem deficiências”, os quais encontram-se dentro de um perfil posto por determinado contexto sócio-político-econômico. Os sujeitos com deficiências de ordem biológica, psicológica, social, econômica e afins não podem e/ou poderiam estar inseridos em instituições regulares, sendo destinadas de acordo com Steinbeck (1999, p.37) para a educação desse público “as instituições residenciais e escolas especiais”. Dessa forma se instaura o processo de tensão da dita integração de uns e da segregação e/ou reclusão de outros. Essa ideia de exclusão, de segregação e de separação acompanha nossa história. Segundo Arroyo (2015, p.23), “a segregação dos coletivos sociais sempre acompanhou nossa história”. Se sustenta assim, a ideia propagada da segregação dos grupos minoritários, presente ainda hoje dentro da escola e sociedade.

Assim, diversos grupos que por vários motivos apresentam alguns comprometimentos e “fogem” aos padrões estabelecidos ficam de fora: pessoas com deficiências, negros, mulheres, pobres e outras comumente chamadas de minorias que neste caso entendemos, estar hoje, inseridos os sujeitos acometidos com fissura labiopalatina conhecidas popularmente como lábio leporino. Trata-se de uma malformação que acomete os sujeitos ainda em formação intrauterina, que segundo os estudos apresentados por Vasconcelos et al (2002), no Brasil a incidência é de 1 para cada 650 recém-nascido, sendo uma deformidade crânio facial mais comum em todas as raças e grupos étnicos (VASCONCELOS et al, 2002, p.41).

Desse modo, opto pelo tema por fazer parte desse índice no Brasil, ao mesmo tempo dada a relativa escassez de estudos Silva (2018), entendemos ser primordial e urgente o

estabelecimento de debate no sentido de mostrar a invisibilidade que ainda enfrentamos frente a sociedade, especialmente no sistema escolar. A luta é para que se reconheça pessoas com esta especificidade como sujeitos de direitos com todas as diferenças e, assim não sejamos alvos de atos que nos inferiorize, que nossas necessidades educacionais possam ser percebidas, atendidas, respeitadas e valorizadas.

Os sujeitos a quem nos referimos neste trabalho possuem marcas estampadas na “face” e, conseqüentemente tais marcas acarretam inúmeros prejuízos e desvantagens perante o convívio na sociedade. Eu mesmo, com marcas visíveis e invisíveis, ainda hoje experencio situações difíceis dentro e fora dos espaços escolares. Atualmente como acadêmico do curso de Pedagogia, coloquei-me na construção do meu trabalho de conclusão de curso nessa temática no sentido de fazer o movimento de voltar a algumas escolas desse município buscando aprofundar um pouco mais da questão. Nesse sentido, um dos objetivos do estudo é analisar como as escolas do Município de Abaetetuba-Pará, estão organizadas para atender as especificidades dos alunos com FLP, com vistas a garantir o seu desenvolvimento e sua inclusão?

Quando nos referimos a inclusão, trata de um ciclo social institucional ou não, mas que possa ser caracterizado como bem descreve Gadotti, (2007, p.11) “como um lugar bonito, cheio de vida”, sendo um “espaço de relações”. Dessa forma, buscando situar a condição do sujeito acometido com fissura labiopalatina, em que o espaço escolar seja incluyente, um espaço de relações no qual visualizamos como importante para o desenvolvimento de todos os sujeitos. Esse “lugar bonito, cheio de vida”, é o espaço que sonhamos e lutamos. Louro (2015), ao tratar as diferenças como elemento constituinte da segregação e inferiorização, nos instiga a pensar as pessoas como eu, aquelas que possuem algum tipo de fissura labial, palatina e labiopalatina, que não tem como esconder sua diferença, “está na cara” (embora aprendemos ao longo do tempo táticas de proteção) e, mesmo depois das intervenções cirúrgicas e todo um conjunto de restrições, nos ficam marcas que permanecem visíveis, sendo ainda motivos de curiosidades, medos e olhares inferiorizantes de outrem. São dessas situações que o meu trabalho busca discorrer enquanto aprendizado pessoal, profissional e de vida.

Sendo o ser humano um ser social este encontra-se em constante aprendizado, participando, interagindo e reconhecendo-se sujeito detentores de direitos, nesse sentido a inclusão e a escola nos auxiliam na compreensão e apreensão da história que se processa hoje, daí a relevância da temática posta à pesquisa referente ao processo de inclusão dos sujeitos acometidos com fissuras lábiopalatinas, tendo em vista que este público está a margens de

políticas públicas que assegure seus direitos. Para tanto é de fundamental necessidade entendermos como surgiu todo esse processo de exclusão e segregação social e como esses grupos ao longo do tempo foram conquistando seus espaços e obviamente tentando mostrar que na contemporaneidade grupos como os sujeitos desta pesquisa buscam ser reconhecidos e valorizados enquanto sujeitos detentores de direitos.

Dessa forma, o capítulo para o escopo deste trabalho é de suma importância, pois no seu decorrer serão apresentados elementos que sustentarão os argumentos defendidos e obviamente me proporcionou aprender um pouco mais sobre a escola e a educação inclusiva de modo geral. Tal discussão se coaduna com o objeto da pesquisa, que trata de pessoas acometidos com fissuras labiopalatinas em seus desafios na vida e, particularmente nas instituições de ensino. Assim, são enfatizadas concepções de escola e inclusão, salientando as mudanças pelas quais as pessoas com deficiências em termos de política pública pontuando alterações e indicações para o atendimento educacional. Além de concepções, são dispostos os atos normativos que regulam a dimensão inclusiva e da pessoa com deficiência e, ainda, trata-se da condição de pessoas com fissuras labiopalatinas.

1.1 Contextualização histórica acerca da concepção de deficiência

Ao longo da história da humanidade as pessoas com deficiência tiveram marcada na sua vida modos de segregação e discriminação, atos estes velados ou não, insistem e persistem ainda hoje. Neste sentido, o anseio pela integração e inclusão social e escolar são partes da história de muitas pessoas deficientes ou não e, obviamente, que tal fato suscita continuarmos o debate e a luta por garantia de direitos e de condição digna para os envolvidos diretamente. Ressalta-se que ao longo da história da sociedade tiveram e/ou têm seu direito de participação do convívio social cerceado, acarretando para estes espaços de reclusão e de segregação, em alguns casos, até o isolamento. Assim, de agora em diante passamos a analisar de forma sucinta algumas concepções de deficiência e suas práticas, marcadas nas épocas.

Na antiguidade, as atividades econômicas predominantes eram representadas pela agricultura, pecuária e o artesanato, cujas produções definiam a relação do homem com o meio no qual estava inserido. Neste cenário, os valores sociais voltavam-se para os senhores detentores das terras, logo os que possuíam status social. Nesse contexto a questão da deficiência enquanto problema inexistia e os indivíduos que apresentavam algum tipo de desvio do padrão de perfeição do corpo, ficavam praticamente no abandono, estes eram vistos como “empecilhos” por não terem uma utilidade dentro da sociedade (ARANHA, 1995).

Com o surgimento do Cristianismo na idade média, a visão do homem passou a ser vista como obra da criação e manifestação de Deus e no caso da pessoa deficiente passa a ser considerado humano - racional. Dessa forma, os que anteriormente eram considerados sub-humanos devido a sua “incapacidade” ganham novos status ocasionado por este novo ideário. E este não mais precisaria ser abandonado ou exterminado, porém passaria agora a contar com os cuidados da igreja e família embora não haja evidências de tal ação. Ficou também marcado neste período as contradições, sendo a deficiência vista sob dois ângulos: uns concebiam as pessoas com deficiência como algo da criação de Deus e, outras, as consideravam e caracterizavam como pessoas acometidas de ações demoníacas atrelados a manifestação do mal, castigo e provação (ARANHA, 1995).

De acordo com Aranha (1995) “Por uma razão ou por outra, a atitude principal da sociedade com relação ao deficiente era de intolerância e de punição, representada por ações de aprisionamento, tortura, açoites e outros castigos severos”. Sendo assim França (2014) ratifica que as “noções relacionadas à impureza e pecado, ação demoníaca ou rejeição divina ganharam importância como fatores explicativos”.

No final século XV com o advento da revolução burguesa caracterizada pelas revoluções de ideias e mudanças no modo de ver o homem, no que tange ao sistema de produção este passa a ser representado pelo capitalismo mercantil e, conseqüentemente, pauta-se uma nova relação de trabalho que também impactava a forma de ver os deficientes. São estabelecidos contratos de trabalho entre quem detém os meios de produções e os que vendem sua força de trabalho (operários) para sobrevivência. Esse momento para além da visão de homem racional idealizada na idade média com o cristianismo, surge também a visão das particularidades do mercado. Nesta vertente, a deficiência fica atrelada a não produtividade.

No século XVI, a concepção de deficiência ganha novo ideário, ela passa a ser vista dentro de uma leitura biológica/orgânica, ou seja, algo que está presente no indivíduo e se caracteriza como um produto de causas naturais. Este período ficou marcado pelos primeiros passos da medicina, em sendo assim a deficiência passou então a ser tratada com os métodos da alquimia e da magia. (ARANHA, 1995; 2000).

Segundo Aranha (1995; 2000) os séculos XVII e XVIII foram palcos de novos avanços, multiplicam-se as leituras da deficiência enquanto fenômeno principalmente na área educacional e médica. A deficiência passa a ser concebida como doença de causa incurável, acarretando várias atitudes que vão deste a internação em hospícios e conventos até o ensino especial. Tal visão determinou as primeiras práticas efetivas de atenção e atendimento a

pessoa com deficiência, deu-se início ao processo de segregação em instituição quanto ao atendimento de cuidado e de proteção e, até mesmo, tratamentos médicos. Inicia-se o paradigma da institucionalização que se caracteriza pelo isolamento.

Este caracterizou-se, desde o início, pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias. Assim, pessoas com retardo mental ou outras deficiências, frequentemente ficavam mantidas em isolamento do resto da sociedade, fosse a título de proteção, de tratamento, ou de processo educacional (ARANHA, 2001, p.8).

Vale destacar que no cenário brasileiro apenas em meados do século XIX foram criadas as primeiras instituições destinadas ao atendimento de pessoas com deficiências, em 1854 cria-se o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje conhecido Instituto Benjamin Constant) e, 1856 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos), tais órgãos foram os de maior destaque quando se trata da educação de pessoas com deficiências.

Ademais tal prática de institucionalização passa a ser contestada após o término das duas grandes guerras e pelas transformações no cenário político e econômico. Estas, por conseguinte deram visibilidade ao aumento do quantitativo de pessoas com deficiência na sociedade, exigindo que essas pessoas fossem tomadas de atenção e reabilitação para que pudessem exercer uma ocupação rentável. Devido a reação social em prol de tal atenção este movimento levou os países participantes da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948 a elaborar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz respeito a questões de igualdade de direito, dignidade e o direito de todos a instrução, sendo esta declaração um norte na busca por novas práticas em relação ao trato dos deficientes.

Sobre o cenário social-político-econômico o século XIX e XX mostrou-se alvo de avanços e da consolidação do capitalismo moderno, caracterizado pelo monopólio dos grandes capitalistas e, conseqüentemente, geraram a definição de outro modo de força de trabalho, com rigorosas metas e finalidades.

No âmbito educacional houve a necessidade de estruturação de sistemas nacionais de ensino e escolarização para todos, com o escopo da formação de sujeitos para atender a mão de obra necessária para a manutenção do sistema em vigor. Assim, a integração social do deficiente surge neste contexto, em meados do século XX.

Ressalta-se ainda tal integração social possuiu como princípio a normalização a qual visava a desinstitucionalização, que consiste.

Na crença que, por meio da habilitação e reabilitação, deve-se prover às pessoas com deficiência serviços que ajam sobre seus corpos para que executem funções mais

próximas possíveis do normal. Normalidade, nesse caso, traduz-se na execução de ações como fariam na média as pessoas que não têm deficiência, segundo o esperado para sua idade, sendo assim um conceito bioestatístico. Essa concepção orienta não somente o meio pelo qual os indivíduos se podem inserir socialmente como também quem o pode (ou não) (FRANÇA, 2014, p.111).

As ações relacionadas as pessoas com deficiências aconteciam em instituições residenciais com o intuito de integrá-las socialmente depois de reabilitadas e capacitadas para desenvolverem atividades próximas da normalidade. Tais instituições ainda se caracterizavam em espaços segregados do convívio social. Podemos perceber que a integração social destas pessoas estava condicionada a sua preparação para atender os padrões impostos pela sociedade, sendo que estes poderiam ou não ser integrados.

A normalização é uma ideologia que representa a necessidade de incluir o indivíduo deficiente na sociedade mais ampla, auxiliando-o a adquirir as condições e os padrões os mais próximos possíveis da vida cotidiana das demais pessoas. O princípio de normalização deu suporte filosófico ao movimento de desinstitucionalização e ao movimento de integração social do deficiente, responsável atualmente, tanto pela retirada dos indivíduos das instituições tradicionais, quanto pela implantação de programas comunitários de serviços para atender às necessidades dos indivíduos deficientes (ARANHA, 1995, p.68).

Também, neste cenário aparecem as escolas especiais que se proliferaram como substitutas as instituições residências e propagavam os discursos que as pessoas com deficiências seriam melhores atendidas neste ambiente. Entretanto estes espaços se consolidavam como ambientes de prejuízos e de segregação, suscitando a necessidade de buscar nova filosofia ao trato e relação com os deficientes, sendo que a integração se torna fundamental em todo o mundo. Tal busca se faz relevante pois pessoas com deficiências e outros grupos minoritários na contemporaneidade e mesmo com os diversos movimentos e avanços no campo normativo ainda persiste discrepâncias no ambiente concreto da vida humana e, também, são escassos o debate desse tema em específico, logo ainda requer luta e persistência para com o tema da inclusão.

Partimos da hipótese, de que há a necessidade de ressignificar alguns documentos normativos e, para além disso, de mais estudos e discussões acerca da Educação Inclusiva. Tal afirmação se justifica na vida concreta de sujeitos como os acometidos com fissuras lábiopalatinas, os quais passam como já sinalizamos aqui várias vezes e enfrentam dificuldades de diversas ordens e, no cotidiano eles lutam por vida digna no âmbito normativo, social e educacional. Significa dizer que nos dias atuais tais sujeitos não se consideram dentro da política de inclusão. Embora temos clareza que os direitos não precisam estar condicionados a uma ou outra deficiência, entretanto garantir a cidadania para os sujeitos com FLP encontra-se também associado a situá-lo dentro de um reconhecimento que

passa também por questões legais e de diferenciação, conforme assinalamos, o de malformação FLP enquanto pessoas com deficiências.

Acreditamos que o reconhecimento da FLP enquanto deficiência traria especificamente o reconhecimento de uma condição especial concentrada por necessidades específicas como a urgência de mais estudos e pesquisas voltadas para o seu processo educacional e de vida social, fato que ajudaria a firmar políticas públicas voltadas para esse público. Dessa forma daria uma maior visibilidade e concomitante amparo legal que assegure a estes sujeitos meios pelos quais pudessem ao máximo se beneficiar dos espaços escolares e sociais. Tal iniciativa é de luta por igualdade de direitos, onde ser diferente ou pertencer a um grupo – os decorrentes de uma malformação craniofacial –, não sejam por isso, excluídos ou tenham seus direitos negados. Nessa direção, hoje existe lutas sendo travadas por diversas entidades como, por exemplo, o projeto de Lei PL 11217/2018³ do Deputado Federal Domingos Netos PSD/CE, visando o reconhecimento desses sujeitos como pessoas com deficiência. O mesmo se encontra em caráter avançado para sua aprovação. No estado do Pará destacamos a lei n° 8.910, sancionada pelo atual governador em 14/11/2019, a qual traz avanços abrangentes e pontuais, pois incluem e reconhece em todo seu território paraense as fissuras labiopalatinas como deficiência física e, assegura os mesmos direitos sociais. Vimos tal movimento como importante e que indica o início de um longo caminhar que a priori visualizamos com entusiasmo, pois fortalece nossa luta e possibilita um pensar adiante no sentido de igualdade para todos, de um movimento concreto de tentar incluir a todos.

Entretanto, no aspecto da realidade escolar precisa avançar as discussões e estudos em instituições educacionais e de proteção no sentido de uma maior compreensão acerca da diversidade, da inclusão, da garantia de direitos para todos, onde dentro de um processo de desconstrução dos preconceitos já enraizados, possamos passar para outro direcionamento sendo esse dentro de um movimento em que se aprenda a conviver socialmente com todos, inclusive com aqueles que possuem alguma malformação e/ou patologia, aqueles/aquelas que precisam de um atendimento diferenciado ou uma atenção maior em especial no âmbito escolar. Pois, muitos deles vivenciam no dia a dia em ditos espaços “inclusivos”, mas em condições de exclusão, tornando dessa forma sujeitos “invisíveis” aos olhos da escola, por exemplo.

³ <https://www.camara.leg.br>

1.2 Atos normativos de inclusão no cenário internacional e brasileiro

Visando estar coadunados aos direitos humanos universais e com o movimento referente a integração das pessoas com deficiências que ganham dimensões mundiais, nesse momento no Brasil, em 1988, foi elaborada a Constituição Federal. Esta aponta avanços concernentes a educação como direitos de todos, aborda ainda questões importantíssimas que ao longo do tempo até então não existiam e, garante o alicerce para a inclusão dos sujeitos com deficiência e outras minorias que no decorrer da história foram segregadas do convívio escolar e social.

No art. 3º, inciso IV é citado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Também no art. 205 e 206, afirma que “a todos o direito e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Fica nítido nessas recomendações não a ver distinção entre os sujeitos, mas a garantia dos direitos a todos/as os cidadãos, dessa forma torna-se fundamental a garantia dessas prerrogativas priorizando a inserção e permanência com qualidade no sistema escolar.

No Art. 208 cita que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a “garantia de educação básica gratuita”, “atendimento educacional especializado aos portadores⁴ de deficiências preferencialmente na rede regular de ensino”. “Garante ainda o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artísticas, segundo a capacidade de cada um”. Dessa forma todas as escolas devem atender aos princípios constitucionais não mais podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua deficiência, origem, raça e sexo.

Outro passo importante pela universalização da educação que contempla a todos é a busca do respeito e de valorizar as diferenças. A Declaração Mundial de Educação para todos (1990) sendo este documento resultante da Conferência Mundial realizado em Tailândia, e que foi assumida pelo Brasil através do plano decenal de educação para todos, é outro documento que corrobora para o ideário de garantia de direitos a todos, indistintamente. Esta declaração aborda sobre à “garantia do acesso a escolaridade para todos”, assim também como a “garantia da satisfação as necessidades básicas de aprendizagens que estão agregadas o desenvolvimento de suas potencialidades, o viver e trabalhar com dignidade, a melhoria de vida e a responsabilidade pelo respeito e transformação cultural”.

Seguindo o caráter de uma educação inclusiva cujo alicerce encontra-se também na Declaração de Salamanca, por ser esta importantíssima para o processo de orientação e

⁴ Termo está em desuso na contemporaneidade.

construção de uma educação que possibilite a oportunidade de todos conviverem juntos, aprendendo e valorizando a diversidade, sendo abolida o cenário de discriminação e segregação. Resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca - Espanha, em junho de 1994, esta ratifica o compromisso em prol da educação para todos e, propõe, uma série de mudanças referente ao atendimento na área das necessidades especiais.

Tais atos normativos empurram para uma mudança de paradigma, sendo que a declaração em questão propõe uma pedagogia centrada no aluno e que este possa se adaptar visando satisfazer suas necessidades. A declaração ainda sugere que as escolas regulares seguindo as orientações inclusivas são os meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias, mas para isso indica uma maior prioridade em mudar a ordem pelos sistemas de ensino.

Confirma-se que esta declaração traz pontos importantíssimos, destacando que as necessidades educativas que anteriormente se direcionava apenas para as pessoas com deficiência passa a contemplar todos os educandos que, em algum momento do seu processo escolar possa a vir a demandar. Agora o foco não mais se refere tão somente a deficiência, porém a todos os educandos em suas necessidades e, com isso garanta seu pleno desenvolvimento.

Embora atos normativos apontem para uma educação inclusiva em que todos possam estar aprendendo juntos e que seja respeitada a diversidade e necessidades de aprendizagens, a Lei de diretrizes e bases da educação - LBDEN 93/94 reforça um entendimento contrário a este, pois no (art. 58, § 2) prever “atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. Tal assertiva da lei vai em direção contrária ao proposto, por exemplo, na declaração de Salamanca a qual apresenta a necessidade de os sistemas de ensino adequarem-se as necessidades dos educandos.

Outro elemento constitutivo do processo de valorização da diferença que neste caso estão inclusas às pessoas com deficiência foi a Convenção Interamericana para a Eliminação de toda a forma de discriminação contra a pessoa com Deficiência, realizada na Guatemala em 1999. Esta foi ratificada no Brasil através do Decreto nº 3.956/2001 que trata sobre a questão da discriminação e define tal prática como sendo “toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência e que vise impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais”. Este tornou-se um passo importante em direção a mudança de

paradigma voltada agora para inclusão de todos/as sem que haja qualquer forma de discriminação.

O Brasil através do decreto nº 6.949/2009 ratificou também a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, a qual visa “proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”.

Outra ressalva importante deste documento recai sobre a questão das necessidades dos sujeitos no espaço físico, ou seja, os sistemas de ensino devem fazer adequações para que os sujeitos tenham garantido condições essenciais para o seu ingresso, permanência e desenvolvimento. Este documento orienta aos sistemas educacionais reestruturações essenciais para tornarem ambientes inclusivos, em sendo assim sugere: “adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas” propõem ainda “as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação” e define as pessoas com deficiência como sendo “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

Com tais direcionamentos que visam obter mudanças e mais os apontamentos existentes no que tange a esse paradigma inclusivo, foi elaborado em 2008 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)⁵ a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI), tornando-se o documento importante para reafirmar as mudanças a serem realizadas pelas instituições escolares no que se refere ao atendimento e acesso a todos sem qualquer distinção. Outra orientação constante no documento refere-se à adequação dos espaços escolares com viés da educação inclusiva, trouxe a urgência de garantir o direito de todos estarem juntos e em escolas que atendam às necessidades dos educandos.

Tal política nacional preconiza o acesso, a participação dos estudantes com deficiências e demais sujeitos nas instituições regulares de ensino com orientação para a promoção de um atendimento pautado nas necessidades educacionais de todos os educandos. Nesses termos, recai a ideia do conceito de necessidades educativas para todos os educandos que por algum motivo possa não está sendo atendido a contento e com benefícios nos espaços

⁵ No governo atual esta secretaria foi extinta. Fonte: <http://www.justificando.com/2019/01/17>.

escolares. Significa dizer que esta política visa a “transversalidade da educação especial” perpassando por todos os níveis educacionais, garantindo AEE “atendimento educacional especializado”, “continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino”. Também, aborda questões referente a “formação de professores e demais profissionais para o atendimento educacional especializados” e orienta para a necessidade de “participação da família e da comunidade”, a acessibilidade de modo geral e ampla através de “acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação”, e a necessidade de “articulação intersetorial na implementação das políticas públicas”.

Sendo assim, as instituições de ensino passam a ser orientadas a se adequarem dentro das necessidades educacionais de todos os seus educandos, haja vista que ao longo da história esse movimento acontecia de forma contrária, isto é, os educandos que se adaptavam as instituições.

Por outro lado, visualizamos que mesmo com todos os avanços no que se refere aos atos normativos e demais orientações acerca da inclusão de todos sem que haja qualquer distinção, e da valorização das diferenças e a igualdade de direitos para todos, ainda muito precisa ser feito para que a materialização dessas normativas sejam concretizadas e realmente as singularidades dos sujeitos sejam respeitadas, valorizadas e não mais sejam motivos de segregação e preconceitos. Ainda carece de mudar nossas posturas, concepções, certas “verdades” e uma maior sensibilidade para que possamos enxergar à diversidade humana, dessa forma desconstruir estereótipos que não nos deixam ver no outro, suas necessidades e, para além disso entender que só me reconheço em função do outro.

Cabe a persistência na luta por um ambiente escolar inclusivo sendo primordial para os tempos atuais, pois persiste ainda muitos entraves que impedem que tal paradigma seja concretizado de forma a garantir a todos e todas as oportunidades e igualdade de direitos.

No caso, do recorte deste trabalho, tratando de pessoas com fissuras lábiopalatinas (FLP) entendemos que estes comumente sofrem discriminações, haja vista que possuem comprometimentos estéticos, funcionais e psicossociais que acarretam prejuízos no seu desenvolvimento escolar e social. Na realidade, com base na minha própria vida e a escola, pode-se dizer que diante de um modelo educacional inclusivo suscitado nos atos normativos muito ainda precisa ser feito para que as pessoas sejam incluídas e que a escola seja acolhedora e de bem viver, isto é, estas instituições devem assegurar um ambiente onde as diferenças possam conviver e as oportunidades sejam adequadas a cada especificidade.

Durante o meu processo educacional, inúmeras situações ainda hoje estão presentes na escola e estão até certo ponto sendo analisadas. Situações que no ambiente onde a diversidade humana inerente do mundo precisa ser valorizada, acaba sendo elemento de invisibilidade. Assim, a transição do convívio familiar que caracterizou para mim como um espaço seguro e protegido que ainda hoje participo ativamente; para a escola onde se almeja um leque de possibilidades e experiências, um ambiente propício a interação com outros sujeitos, os desafios emergiram de tal maneira que as marcas deixadas refletem nos dias atuais.

O ambiente escolar me faz lembrar de marcas (em grande parte negativas) e esse revisitar torna-se um movimento doloroso, até porque para que os sujeitos sejam “inseridos” de fato há a exigência de padrões estéticos, físicos, culturais e comportamentais. Dentre outras, o ambiente educacional possui por característica a necessidade de interagir com outros sujeitos, porém, para mim está necessidade se configurava um dos grandes entraves vivenciados, sendo esses momentos de exposição oportuno para atos preconceituosos que chegavam a ser rotineiros, obrigando-me no meu caso, a “fugir” dessa situação corriqueira e cotidiana, a de interagir com outros. A interação no cotidiano escolar se configura assim em um prejuízo que no decorrer do tempo os frutos negativos emergem e, conseqüentemente, acarreta em males no âmbito pessoal, psicológico e social perceptíveis, que acompanham a muitos sujeitos e como foi o meu caso, embora tenha conseguido progredir e aos poucos “superar” as adversidades desse processo vivenciado.

Para ilustrar, a interação através da oralidade com outros sujeitos, meio comum e um dos mais importantes, torna-se para os sujeitos acometidos com FLP como mencionamos alvo de atos preconceituosos, de “brincadeiras” maldosas, que nos agridem e nos colocam em situações de constrangimentos. Outro ponto que nos expõe negativamente, é a parte estética, pois estamos fora dos “padrões” de perfeição e beleza exigido na sociedade, nos causando situações e palavras que inferiorizam. Em certo ponto somos o “centro” das atenções, pois nossa “deficiência” está estampada na face e sendo assim os olhares por onde passamos ou estejamos mesmo após procedimentos cirúrgicos são inevitáveis e no grau mais elevados somos comumente por parte de outrem o cerne dos diálogos depreciativos.

Ser um indivíduo acometido com FLP faz com que estejamos rotineiramente vistos com olhar de preconceito ou algo do tipo, de forma ainda mais intensa quando a pessoa não é submetida a nenhum procedimento cirúrgico de reparação; são situações significativas e que interferem no nosso processo educacional, psicológico e social. E a escola? Como já afirmamos, ainda é um lugar caracterizado como “produtora de discriminação e desigualdades” (Louro, 2015). Senti-me muitas vezes, como se tudo em mim/nós fosse

espantoso, sendo necessário tomar atitudes de afastamento, de esquivas, como se nossa aparência e em situações mais complexas desta malformação, a nossa fala muitas das vezes ininteligível, ou seja, de difícil entendimento, sendo este mais um agravante determinante para adjetivos inferiorizantes e depreciativos.

Dessa forma, julgamos que o modelo educativo inclusivo ainda é um dever, embora na atualidade encontramos bastante amparos legais, mas que precisam ser concretizados. Sendo essa categoria um campo raso de estudo em se tratando do aspecto educacional, precisa se estudar mais, pois com o avanço das pesquisas e tratamentos direcionados a pessoas com FLP, esses sujeitos estão cada vez mais inseridos nas escolas, entretanto sem um olhar sensível, acolhedor e que promova a diferença na diferença do lugar, ser uma escola incluyente, para que se minimize atos de discriminação.

1.3 Fissuras Labiopalatinas e o processo educacional “Inclusivo”

O nascimento de uma criança gera na família grandes expectativas e sua chegada é aguardada com alegria e entusiasmo principalmente pelos pais. A criança como ser humano precisa de cuidados e de ser acolhida com responsabilidade, pela família como seu primeiro ambiente educacional.

No caso de uma criança com FLP essa responsabilidade passa a ter um “peso” maior, pois ela traz consigo uma malformação congênita. Essa criança pode gerar na família vários sentimentos que variam, sendo esse de superproteção, negação, medo e desafios, embora se sobressaiam a questão da preocupação estética, tão exigida na nossa sociedade, assim ficam preocupados pois em algum momento da vida essas crianças estão mais suscetíveis a sofrerem e passarem por preconceitos, conforme mencionamos.

As fissuras labiopalatinas também conhecidas no meio científico de malformações, lesões e fendas (embora ainda se utilize pela população, termo como lábio leporino), são malformações que atingem a face do ser humano e são estabelecidas na vida intrauterina, mais precisamente no período embrionário e no princípio do período fetal, ou seja, a 12ª semana gestacional sendo representadas, clinicamente, pela ausência de fechamento do lábio, do palato, conjunta ou isoladamente (SILVA FILHO; FREITAS 2007 apud BUFFA, 2009, p.45).

Não se sabe ao certo o motivo no qual essa malformação se origina no indivíduo, existindo atualmente algumas explicações que, segundo Vasconcelos et al (2002, p.41) estão atreladas por “fator de hereditariedade, doenças durante a gravidez (sífilis, rubéola, por exemplo), alimentação inadequada da futura mãe e outras”. Outros autores tratam tal situação como algo complexo e discorrem associando aspectos genéticos e fatores ambientais, dessa

forma consideram como uma fatalidade biológica, por ser difícil identificar ao certo a causa específica na maioria das fissuras labiopalatinas (BUFFA, 2009, p.46).

As fissuras Labiopalatinas podem ser caracterizadas de diversas formas, sendo adotada no Brasil a formulada por (SPINA, et al 1972 apud BUFFA, 2009; SILVA, 2018) que toma como referência o forame incisivo situado atrás dos dentes incisivos superiores e dependendo da complexidade as fissuras podem ser classificadas da seguinte forma:

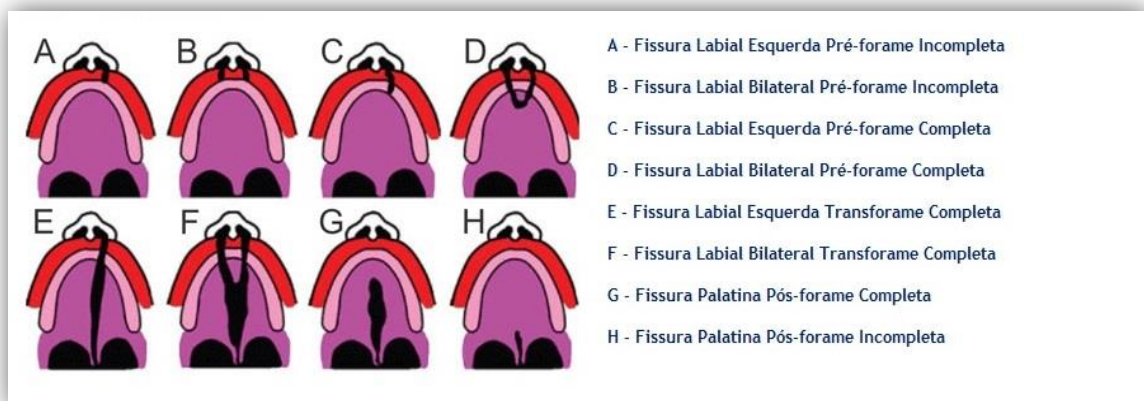
Fissura Labial, unilateral direita ou esquerda e bilateral, sendo ainda completa quando acomete além do lábio, o alvéolo e incompleta ficando restringida apenas ao lábio. Conhecida também cientificamente por fissura pré forame incisivo. Segundo Silva (2018):

Originam-se no palato primário ou anterior e ocorre quando os processos nasais mediais e os processos maxilares não se fundem, interrompendo o desenvolvimento do lábio superior, apresentando alteração na conformação do lábio no sentido das fibras musculares (vertical), divisão da pré maxila e segmentação do lábio superior que varia de pessoa para pessoa, caracterizando uma fissura labial completa ou incompleta (SILVA, 2018, p.33).

Fissura Palatina, que acomete o palato mole e duro. Também conhecida pelo nome pós forame incisivo. De acordo com Silva (2018, p.34) “são as fendas palatinas, em geral medianas, que podem situar na úvula, palato mole ou duro, ou seja, os músculos do palato não atingem a linha média, deixando de formar a concavidade”.

Fissura Labiopalatina, são a de maior gravidade, acometem o lábio superior sendo estendida até o palato. Sendo conhecida dentro da literatura médica de fissura transforame incisivo. Ainda com Silva (2018, p.34): “podem ser unilateral direita ou esquerda e bilaterais. Atingem o lábio, a arcada alveolar e todo o palato, envolvendo estruturas anatômicas oriundas dos palatos primário e secundário. Sendo o tipo mais frequente a fissura lábio palatina atingem o lábio superior, a maxila anterior e os palatos duro e mole”.

Subdivisões da Classificação:



Ainda referente às FLP, de acordo com Buffa (2009) essa malformação gera algumas limitações para o pleno desenvolvimento da criança, pois afeta os aspectos estético, de comunicação e, também o psicossocial acarretando em grande parte dificuldades no seu processo de ensino-aprendizagem. Comumente essas crianças passam por situações constrangedoras devido ela ser “diferente” e, também, por apresentar distúrbios na fala, característicos em muitos casos dessa malformação.

Embora a incidência dessa malformação no Brasil ser de um caso para cada 650 nascimentos e se considerarmos, portanto, a projeção populacional apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶ girando em torno de 211.755.692 milhões de pessoas em 2020, estima-se que deve haver no país no recorrente ano, cerca de 325 mil pessoas com FLP.

Dessa maneira entendemos que devido ao grande número de casos desta anomalia no Brasil estes sujeitos precisam ser olhados e obviamente atendidos levando em conta sua integridade e atendido em suas necessidades educacionais. Sobre isto, para Silva (2018) estamos diante da “inexistência de estudos que corroboram que esses grupos não estão recebendo a devida atenção nas escolas”. Ao mesmo tempo, contrariando as normativas preconizadas e assinaladas aqui é urgente a ruptura do paradigma excludente para um modelo inclusivo, que segundo Mantoan (2013, p.37) “implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículos, avaliação, gestão do processo educativo”.

Assim, a inserção de uma criança com FLP na escola depende em primeiro caso da família, pois seu aprendizado emocional e afetivo começa em casa, isto é, essa firmeza na autoestima é algo trabalhado em casa e, serão preponderantes para seu caminhar, dessa forma essa fase inicial de acolhimento ou não se caracteriza como fator fundamental. Se esse for no caso um sentimento de negação, de ver o outro como alguém que não pode fazer isso ou aquilo, com certeza esse indivíduo para além das dificuldades inerentes da vida de qualquer ser humano, encontrará ainda mais na escola.

Como já sinalizamos precisamos de mudanças. Mudança estrutural, conceptual e curricular, não sendo possível impossibilita o recebimento de todos e, conseqüentemente, a valorização das diferenças.

As instituições de ensino precisam ser transformadas e reconfiguradas para receberem a diversidade de sujeitos, visando desta forma atenderem suas necessidades educacionais

⁶ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/53/0?ano=2020>

consolidando um ambiente inclusivo tal qual preconizado nos atos normativos, inclusive para pessoas com FLP. Uma mudança em que

A escola, que se preocupa em oferecer condições para que todos possam aprender, é aquela que busca construir no coletivo uma pedagogia que atenda todos os alunos e que compreenda a diversidade humana como um fator impulsionador de novas formas de organizar o ensino e compreender como se constroem as aprendizagens (SARTORETTO, 2013, p.78).

Ainda mais, diante da ideia de inclusão como sendo para todos, situamos que os sujeitos com FLP, encontram-se sem amparo legal, mesmo que perante a Constituição Federal 1988 “todos são iguais perante a lei”, tais sujeitos em suas reais condições ainda encontram dificuldades e até deparam-se com a escassez de estudos relacionados a este público.

Os sujeitos com FLP não possuem dispositivos legais mais específicos e delimitados, o que acaba por gerar conflitos e entraves no decorrer de situações vivenciadas por tais sujeitos. Diante das suas especificidades e em muitos casos a não reabilitação por completo devido à complexidade da lesão, tais sujeitos a partir de suas famílias e grupos específicos lutam por mudanças.

O trabalho apresentado por Silva (2018) salienta que a partir dessa problemática os profissionais do Hospital de Reabilitação de Anomalias Crânio Facial – HRAC - USP juntamente com outras associações que representam os sujeitos com FLP elaboraram documentos, o qual destaca:

1º) uma proposta de enquadramento da fissura lábio palatina como deficiência: justificativa; 2º) o relatório de participação nas conferências dos direitos das pessoas com deficiência; 3º) uma noção, elaborada por representantes de diversos segmentos da sociedade, pais e pessoas com FLP; e 4º) uma declaração considerando que a FLP deve ser enquadrada como uma deficiência (SILVA, 2018, p.50).

Referente a algumas justificativas tendo em vista a necessidade de inserção da FLP no âmbito das deficiências físicas estão as seguintes:

- (a) As ocorrências das FLP (sendo 1 com FLP para 650 nascimentos); (b) As sequelas anátomo fisiológicas da face, psicossociais e/ou distúrbios na comunicação oral; (c) O tratamento longo e complexo que afastam as pessoas de suas atividades diárias, escola ou trabalho; (d) As alterações orgânicas (muitas vezes classificadas erroneamente apenas como estéticas) e as alterações funcionais decorrentes das FLP que trazem sequelas físicas, sensoriais e funcionais que comprometem a comunicação do indivíduo, levando com isso, a encontrar barreiras sociais, emocionais e, conseqüentemente, psicológicas; (e) Que a pessoa com FLP é privada do ajustamento social necessário para desenvolver suas habilidades individuais, seja na escola, no trabalho ou na comunidade; (f) Mesmo depois de corrigida a fissura (por meio cirúrgico ou protético) as sequelas que a mesma deixa em relação à comunicação pode tornar a fala do indivíduo difícil de compreender mesmo para os familiares mais próximos; (g) Que a correção cirúrgica da fissura não garante um desenvolvimento normal da fala, uma vez que comprometimentos fisiológicos, psicossociais, ambientais e desenvolvimentais podem persistir; (h) Que as pessoas com FLP tem risco de apresentarem problemas com a alimentação, a fala, a ressonância, a audição e também a aparência da face, problemas esses

nem sempre corrigíveis; (i) Pela restrição ou limitação ao tratamento adequado, por não terem acesso a serviços de reabilitação, tem sua qualidade de vida prejudicada por longos anos, colocando-as em situação de desvantagem, por exemplo, para ocorrência de vagas em empregos, concursos, transporte gratuito para tratamento de saúde, devido à dificuldade com que a fala destas pessoas é comprometida e ao preconceito da sociedade em relação as lesões craniofaciais (FUNCRAF; REDE PROFIS; HARC, f. 76, 2006 apud SILVA, 2018, p. 51).

Reitera-se um dos problemas decorrentes desta malformação recai na parte da comunicação, tornando-se um grande entrave na vida do sujeito. A respeito disso Pinto (1998 apud BUFFA, 2009, p.50) diz que:

Por ser a modalidade oral, a forma mais usual de trocar informações e contribuir para o desenvolvimento da personalidade, o comprometimento da fala pode dificultar muito mais as relações sociais do que o da estética. Assim, a angústia gerada pela dificuldade de comunicação e a contenção da criatividade e da capacidade de aprendizagem podem levar o indivíduo ao desajuste psicossocial e até mesmo a um afastamento social, imposto pela sociedade ou pelo próprio indivíduo.

Em síntese, os sujeitos com FLP passam por dificuldades de serem incluídos no âmbito escolar e até na sociedade, muitos são alvos de atos de discriminações, o que interfere no seu processo psicológico e social, embora muitos sejam pessoas proativas que com o passar do tempo criam mecanismos de proteção para si mesmos. Ao mesmo tempo, colocam-se socialmente retraídos e isolados, como forma de defesa e de uma não exposição negativa diante de pessoas e situações.

Diante disto entendemos que a insistência em debater a construção de escolas e uma sociedade inclusiva não pode cessar, haja vista que, estamos muito aquém do mínimo necessário para que a diversidade humana tenha suas diferenças reconhecidas, valorizadas e respeitadas, isto é, “a inclusão só é possível lá onde houver respeito à diferença” (SARTORETTO, 2013, p.77).

Nesse capítulo situamos de forma sucinta visões acerca da escola e da educação inclusiva. Em seguida, apresentamos alguns pormenores de sujeitos com FLP contornando suas dificuldades e desafios na vida escolar e, ainda, trouxemos olhares da pessoa com deficiência, de modo geral. Tais assuntos se relacionam e nos possibilitou pensar o objeto do estudo – experiências de vida e de vida escolar de sujeitos com FLP, na perspectiva de visualizar a realidade de uma possível ou não prática docente inclusiva, pois ainda presenciamos os sujeitos com FLP e outros sendo alvo de preconceitos.

CAPÍTULO II - PRÁTICA DOCENTE E PARTICIPAÇÃO: VISÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O capítulo traz questões referente a formação de professores bem como duas experiências da escolarização de crianças com FLP. Nesse sentido, são focalizados depoimentos e demais relatos de sujeitos envolvidos com o processo educativo escolar que colaboraram com o estudo.

Questões Introdutórias

Na atualidade a questão de um modelo educacional, social e inclusivo ainda se faz prioridade, visando dá respostas as novas necessidades dos sujeitos dentro do que chamamos de diversidade humana. Dessa forma, torna-se urgente que sua materialização de fato aconteça e seja uma ação rotineira no interior das escolas e, entrelaçada nessa perspectiva, acreditamos ser a ação docente um ponto crucial para sua concretude, tendo em vista que o professor/a é aquele que está em contato direto com os alunos, exige-se assim uma outra/diferente formação e prática educativa.

Vemos que são urgentes as mudanças nos processos educativos no ambiente escolar, pois essas ações dentro do processo de mudanças e rupturas possibilitaram aos sujeitos com deficiências ou malformações como a fissura labiopalatina em questão, alternativas e possibilidades que assegurem um vivenciar e experenciar sua aprendizagem e socialização dentro da perspectiva da diversidade humana, do respeito e da igualdade.

Como já mencionamos no capítulo I, a escola é um lugar central frente a essa exigência de cidadania, que passa por processos inclusivos nos ambientes e para com as pessoas. Nesse sentido, o ambiente escolar é arena de se construir também a transformação da sociedade na medida em que juntamente com seus agentes todos possam serem protagonistas na caminhada aprendiz de ser, pensar, agir, participar dentro é claro de um paradigma inclusivo. Para Mantoan (2003, p.8) “um caminho sem volta”.

E, para que consigamos avançar cada vez mais na construção de ambientes inclusivos e que estes transcendam os espaços educacionais e sejam visualizados na sociedade em geral, faz-se necessário romper com o atual modelo educacional tradicional, que nega sumariamente as diferenças seja pela negação do novo, seja por corroborar com a segregação e com o preconceito, para destacar algumas formas.

De outra forma, o um outro modelo inclusivo nos desafia a reflexões de diferentes ordens e como atuamos na sociedade. Tal desafio exige não somente dos educadores, mas é

compromisso de todos/as, que se alicerça no respeito a diversidade e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Exige-se hoje uma educação incluyente, aquela que visualiza o sujeito com potencial cognitivo, social e não tão somente sua diferença estética ou seu comprometimento na comunicação como no caso geralmente acontece com os sujeitos acometidos com essa malformação em questão. Sendo assim, sua ação pedagógica também é de luta pelos direitos de todos.

Na atualidade experienciamos novos tempos que nos levam para um outro tipo de normalidade, mas ao mesmo tempo são momentos com repetidos desafios, como o de mais do que nunca de construir um outro modelo educacional, socialmente inclusivo de estreitas relações com as necessidades reais dos sujeitos e que oportunize o acesso com qualidade a todos/as. Um ambiente cujo ponto de partida é a valorização da vida humana. Sob esta vertente, se busque incessantemente construir conhecimentos válidos, isto é, por uma “pedagogia de atenção à diversidade”, conforme preconiza Figueiredo (2013, p.42).

Nesta perspectiva todos colocam-se em trabalho de aprendizagem de uma racionalidade social incluyente e onde todos são protagonistas de sonhos, utopias, sentimentos e ensinamentos a serem partilhados na grande comunidade aprendente que é a escola, de forma significativa para ambos os sujeitos envolvidos.

2.1 O atendimento de estudantes nas Escolas Santa Clara e Cepal

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Santa Clara fundada no dia 29/04/2002 fica localizada na Travessa 06 de Junho Nº 1058 Bairro Santa Clara, município de Abaetetuba. No ano de 2019 atendia em média 320 alunos, nos períodos matutino e vespertino.

A Escola Cepal (Centro Educacional Popular Ascendendo as Luzes) fundada no dia 27/02/1992 está localizada na segunda rua do campo, Bairro Aviação, município de Abaetetuba. No ano de 2019 atendia em média 327 alunos/as, nos respectivos períodos de funcionamento, matutino e vespertino.

Podemos dizer em termos gerais, há aspectos inclusivos nas duas escolas bem definidos. No aspecto visual, arquitetônico e de tratamento com as pessoas (ambiente, estrutura, linguagem, placas de avisos, forma de atendimento), entretanto quando remetemos para a finalidade dos sujeitos com FLP em ações concretas ainda observamos certa carência, embora a questão atitudinal ressoou como fator central no acolhimento para um dos participantes da pesquisa.

Buscamos situar o percurso educacional no Ensino Fundamental (anos iniciais) dos alunos Ycaro e Emerson.

Conforme preconiza a constituição de 1988 de educação como direito de todos, seu acesso e permanência devem ser assegurados, e pontualmente que seja disponibilizado um ensino de qualidade em que os alunos/as tenham reais condições para se educarem, no entanto do ponto de vista prático muitos são os entraves para sua concretização, pois a maioria das escolas com raríssimas exceções ainda carecem de adaptação estrutural, curricular e pedagógica frente as demandas dos alunos, fato esse que traz à tona práticas de exclusão e de segregação em muitas situações. Embora,

Quando garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, a Constituição Federal não usa adjetivos, e assim sendo, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência (MANTOAN, 2003, p.22).

Na atualidade o que se espera é a extinção radical de práticas educativas na escola que prevaleça a indiferença e o respeito com as particularidades de qualquer pessoa, sendo a Declaração de Salamanca um marco dessa prerrogativa. Nesses termos, as escolas públicas e privadas são orientadas por legislações específicas mencionadas no primeiro capítulo para realizarem a contento as adaptações necessárias e assim, todos os/as alunos/as com ou sem deficiência, sejam incluídos na escola de modo a garantia de seu bem viver. Para isso, a escola precisa ressignificar seu planejamento bem como a postura dos educadores, até porque ainda se faz notar a ideia de que o “problema” ou deficiência está no aluno tão somente.

Embora hoje algumas escolas estejam timidamente buscando alterar suas práticas educativas e assim romper com toda uma condição educacional excludente, e para melhor elucidar as práticas, convém pontuar o que se passa em duas escolas referente ao atendimento de alunos com fissuras como parte da investigação da temática evocada.

Como mencionamos essa malformação não é considerada uma deficiência reconhecida, fato que não torna a ação educativa da escola Santa Clara menos propensa a descasos. Assim, acompanhemos as condições do estudante Ycaro na referida escola e para iniciarmos trazemos o que pondera sua mãe:

A melhor escola que ele estudou foi aqui na Santa Clara, pois a diretora conversou antes dele começar a estudar, mostrou a foto dele e aí foi normal graças a Deus. Não teve ninguém que descriminasse ele, foi tudo bem (Joana, entrevista em novembro de 2019).

Nesta escola, conforme confirma a mãe do estudante Ycaro houve uma postura diferente em relação as escolas por onde passou o estudante, nesta escola de posse da situação explicada pela mãe, se propôs a oferecer ao aluno um ambiente profícuo para sua

emancipação pessoal, no sentido de sentir-se parte da escola e bem naquele convívio escolar ou pelo menos um ambiente mais humanizado com seus pares. Dessa forma em seguida houve um empenho da gestão para a preparação e vivência de um ambiente escolar em que Ycaro pudesse se sentir bem e acolhido. Foi introduzida a discussão com as crianças e educadores para que aquele espaço fosse aprendido também novas relações interpessoais por todos e o aluno não passasse por questões negativas, cabe dizer que mesmo não havendo conhecimento sobre as especificidades dessa anomalia, a escola se abriu ao novo e os efeitos foram aparecendo.

Vejamos agora as considerações da secretária e da gestora da instituição:

No meu caso eu não tinha nenhum conhecimento a não ser de ouvi falar e com o Ycaro nós fomos despertados a partir do momento que ele começou a fazer parte da nossa vivencia aqui na escola. Nós fizemos, eu particularmente procurei fontes na internet e a partir daí a gente pesquisa e pode entender. Nós fomos entender também como ele se sentia, porque quando a gente não conhece é muito fácil. Há ele só tem lábio leporino! era o que a gente achava e agora tá modificando o tema. Nós fomos pesquisar o porquê dele ficar isolado e aí ficava mais fácil de fazer com que ele interagisse conosco, tanto que hoje ele nos ver como parte da família dele (Rose [secretária], entrevista em dezembro de 2019).

Eu tenho uma preocupação muito grande quando ele sair daqui para uma escola do estado, porque é assim foge das nossas mãos. Sabe, você tem que querer também, até porque ele faz parte de uma família carente de várias coisas, não só dizendo carência financeira, então ela não tem condições de as vezes abraçar toda essa situação devido a condição também financeira e isso vai refletir várias outras coisas. O Ycaro pode ser muito bem esquecido no meio de toda essas situações e pela sociedade, mas o fato de a escola já poder ter contribuído pra ele não sair daqui como ele chegou que era muito mais difícil, foi a nossa grande preocupação. Eu dizia meu Deus ele tá ficando adolescente e o que que a gente vai fazer? (Bruna, [gestora], entrevista em dezembro de 2019).

Conforme os relatos, podemos dizer que a escola sentiu a necessidade de fazer algo que viesse ressignificar sua visão sobre a inclusão e até mesmo sua função educacional. Procuram do aluno diante das atitudes dele de isolamento, e do lado do aluno sentiu o interesse por parte da escola consigo, passando a acreditar que aquele ambiente coletivo também tinha lugar para suas demandas e necessidades. Em conversa com o Ycaro, ele respalda esse posicionamento da escola e diz que a diretora foi imprescindível nesse processo.

A escola contribuiu pontualmente com a cirurgia do Ycaro e após foi nova fase também em seu processo educacional, assim como há uma grande preocupação com seu futuro, pois cada ambiente escolar é sempre um processo único.

A visão da professora

Antes da cirurgia ele já tava bem, mas com a cirurgia foi assim. Porque mesmo que tu possas conviver bem com as pessoas, mas é questão dele se aceitar, entendeu? Acho que tu deves entender porque tu já passaste por isso então tu já sabes, né. Que talvez assim o outro ver e mesmo que tu sejas compreensivo ele pode sentir vergonha de mim e ele não, depois da cirurgia ele mudou 100%, e eu acredito que se

ele fazer essa segunda cirurgia vai melhorar muito mais (Professora Nazaré, entrevista em dezembro de 2019).

Como dito no I capítulo, as marcas estão estampadas na “face” e a cirurgia dos sujeitos com essa malformação são importantes, mas não excluem de ainda assim passarem por atos preconceituosos, ao mesmo tempo, a parte estética é um fator crucial de aceitação de si mesmo pois ganha confiança no seu potencial, embora seja um processo lento como afirmou os estudantes durante algumas conversas informais. No todo, com a cirurgia e com a própria melhora da autoestima as mudanças positivas são bastantes relevantes e contribui positivamente com o processo educacional e pessoal nos ambientes sociais.

Tais posicionamentos de familiares e de educadores evidenciam o quanto na escola Santa Clara os desafios com a diferença e um fazer inclusivo foram tomadas com responsabilidade e aprendizado, fazendo com a vida escolar do Ycaro fosse tranquila e de bem viver, fato também ressaltado pelo próprio estudante ao relatar que se sentiu-se abraçado nesse ambiente, isso comprova que mesmo não sendo reconhecida como uma deficiência, mas a sua condição específica foi vista na totalidade. Tais intervenções da escola ecoam na positividade do estudante e hoje ele vivencia naquele ambiente um olhar sensível diante de sua anomalia. Esse reflexo positivo é observado por sua mãe, quando foi questionada pela escola sobre o comportamento e autoestima do seu filho:

Melhorou muito porque antes ele tinha vergonha sabe como ele já tava crescendo. Ele já achava graça e tampava a boca assim. A professora disse que ele nem falava na escola, agora não ele já se soltou mais, já conversa com os alunos brinca. Ele era meio acanhado (Joana, entrevista em novembro de 2019).

Vemos que a ação integrada e com a participação da família com a escola é bastante benéfica para o desenvolvimento do estudante, sendo esse movimento de empatia e valorização do outro um aprendizado para todos.

Nos reportando para a realidade vivida na Escola Cepal com o atendimento do estudante Emerson, inicialmente podemos dizer que nesta instituição não conseguimos visualizar um envolvimento com a questão, o que acentuamos nas linhas que segue.

Vejamos o que pontua um dos professores do estudante:

É assim, talvez pelos poucos alunos com lábios leporino, no caso só o Emerson acho que a temática ficou um pouco desprezada, e aí o Emerson ficou na verdade no meio de um grupo maior e esse grupo maior acabou sendo a referência e o aluno não foi visto pela escola você entendeu. Passou pela escola como se fosse um sujeito invisível, normalmente ele não foi olhado talvez porque ele já tenha feito a cirurgia e também pôr não apresenta tanta limitação (Professor Leonardo, entrevista em dezembro de 2019).

O relato emitido pelo professor evidencia algo bastante comum nos dias de hoje, a de práticas pedagógicas que balizam seus fazeres pela homogeneidade, isto é, do discurso de

olhar a totalidade de forma a reforçar a exclusão, não considerando as individualidades. No caso dos alunos com fissuras eles passam despercebidos ou até invisíveis. Dessa forma, se nega as especificidades e a heterogeneidade presente nos grupos de turma e de demanda.

Embora a aparência estética e os distúrbios na fala tenham sido promissores com o procedimento cirúrgico, a escola não conduziu o atendimento do estudante levando em conta outras necessidades como o próprio sentimento dele em relação a si e como os outros os veem, assim por parte da escola falta a educação inclusiva ser melhor pontuada. Sobre essa questão, Mantoan (2003) afirma que as escolas inclusivas devem priorizar uma organização educacional que considere as necessidades que se estrutura em função das necessidades. Significa que as escolas promovam no seu ambiente um aprendizado e desenvolvimento pedagógico, humano e social para todos, de modo que as questões reais dos estudantes são imprescindíveis.

Quando as escolas não visualizam as demandas dos seus alunos no sentido de um aprofundamento conceptual e de ações pedagógicas direcionadas esses ficam suscetíveis a sofrerem atos preconceituosos, o que pode acontecer de forma velada ou não. Sobre a questão do preconceito com o estudante Emerson, o professor adverte como observa no dia a dia da escola:

Olha eu acho assim, se há algum tipo de preconceito é mais velado. Por exemplo se ele se aproximar assim de uma garota talvez ela recua um pouco mais. Tu sabes que a nossa sociedade devida as leis ela ficou mais cuidadosa, e se eu tivesse presenciado ia chamar atenção como eu já aconteceu com outros alunos e abordaria a temática dos lábios leporinos, mas não visualizei nenhum momento, se eu tivesse visualizado tinha puxado essa temática para trabalhar. Eu acho que é esse o caminho, você trabalhar essa temática justamente pra esclarecer para os outros que é uma situação biológica do ser humano e que interfere também no social, sem dúvida (Professor Leonardo, entrevista em dezembro de 2019).

Como bem frisado pelo professor, o preconceito ainda é recorrente nas escolas e na sociedade, de forma mais nítida ou outras vezes mais velada, muitos tomam como algo natural, entretanto sabemos que é tarefa das escolas é de problematizar tais situações que acontecem dentro e fora do ambiente de sala de aula com ações pontuais e vivências. Pois como afirma o entrevistado, esse é um caminho para se ressignificar nossas atitudes, tomando questões reais presente no contexto escolar, como por exemplo a questão do aluno acometido com fissura.

Ainda sobre a questão do preconceito, acompanhemos a fala da professora Nazaré sobre a vivência escolar do Ycaro:

Nunca vi e ouvir, mas se eu ouvisse ou visse, a gente sempre trabalha a questão dos valores aí a gente tem que aprender a lidar com as diferenças. Porque eu falo assim pros meus alunos, nem tudo que a gente gostaria a gente pode ter, mas aí a questão do respeito com o outro. Tudo o que eu não gostaria para mim eu tenho que fazer

pro outro, eu jamais ia gostar que me apelidasse, que me ofendesse, aí tu vais gostar que o outro faça isso. Eu sempre dou exemplo e quando eu vejo alguma coisa não é legal. Pra ter ideia, com o Ycaro nunca aconteceu, mas já aconteceu com outros. Eu sempre gosto de trabalhar com os valores, e no Ensino religioso a gente trabalha muito a questão dos valores na escola. Esse ano não teve muita essa questão porque a gente fazia lá fora com todos os alunos, a gente trabalha com a questão dos valores para que eles possam sempre está respeitando e não perdendo essa cultura do respeito com o outro (Professora Nazaré, entrevista em dezembro de 2019).

Pelo depoimento da professora se observa a iniciativa de um trabalho educativo que busca atuar para um processo de conscientização do aprendizado da diferença por todos, o que reflete de modo positivo com o aluno Ycaro. Desse modo, e por meio de algumas observações podemos pontuar que a realiza um trabalho de inclusão com a comunidade escolar e que reflete no dia a dia da escola. Mais uma vez, as conversas informais e os relatos emitidos nas entrevistas nos deram a certeza da escola está engajada num projeto de tornar esse ambiente educativo um “lugar bonito” e que sabe acolher todos e todas, como preconiza a educação postulada por Gadotti, (2007, p.11). Vale reiterar que a mãe do estudante, dona Joana reitera tal afirmação dizendo que considera “a melhor escola” por onde seu filho passou, reforçando as posturas e valores inclusivos adotados, no sentido de as individualidades serem percebidas e trabalhadas com os envolvidos. Ainda sobre Ycaro também afirma que se sente muito bem nessa escola e reforça o importante papel da diretora que se engajou para proporcionar experiência positivas frente as suas especificidades e limitações concernentes ao acometidos com FLP.

Em se tratando de Emerson, embora sua invisibilidade diante das suas especificidades reduzida é claro com o precoce procedimento corretivo, nos afirma que gosta da escola, de brincar, não recorda ter sofrido atos preconceituosos nesse espaço, participa das ações extra classe como por exemplo o ato de natal, no qual estávamos acompanhando.

Em suma, quando tomamos as duas escolas em relação aos alunos com fissuras labiopalatina, lócus da pesquisa, observamos em ambas condutas sendo adotadas de modo diferente ressoando também em contrastes distintos nas práticas educativas. Na escola Santa Clara visualizamos que a mesma busca meios, parcerias e formas adaptativas para que o aluno Ycaro tivesse um aprendizado satisfatório, nessa empreitada contribuiu com questão da cirurgia e com ações pontuais de ambientação e esclarecimentos com todos visando uma experiência educativa positiva naquele ambiente. Já na Escola Cepal a questão da inclusão ficou sombreada e da parte do aluno teve sua particularidade invisibilizada, com a ressalva que ainda assim o Emerson com a ajuda de seus pais teve um processo que podemos dizer satisfatório no seu aprendizado e naquele ambiente escolar, muito em virtude das mínimas sequelas deixadas pela anomalia.

2.2 A escolarização de crianças com fissuras labiopalatinas

A escola mesmo com todos os percalços e limitações que nos dias de hoje as caracterizam, ainda assim é o espaço onde todas as crianças devem iniciar seu percurso educacional, entretanto vale ressaltar que estamos discorrendo dentro de uma visão de legalidade e que para muitos sujeitos tais espaços tornaram-se distantes.

Todavia, para muitas crianças o início da escolarização passa a ser aguardado com entusiasmo, outras, porém veem esse momento com certa preocupação, embora essa criança esteja dentro do processo de maturação, acreditamos que aos poucos vão compreendendo que a permanência nesses ambientes demanda aprendizado, especialmente no que tange a questão da interação com outros sujeitos.

Em se tratando da criança com fissura labiopalatina seu início de escolarização inclui um misto de sentimentos que engloba alegria, medo dentre outros, e de maneira mais objetiva, um processo desafiador. Quando as intervenções cirúrgicas acontecem precocemente e antecede tal momento, esses sujeitos tendem a experimentar tais ambientes de forma “tranquila”, embora ainda sejam suscetíveis a passarem por situações preconceituosas.

Tais evidências foram observadas nas escolas onde realizamos a pesquisa empírica e através de relatos que a seguir passaremos a descrever.

Embora já mencionamos por várias vezes acerca dos prejuízos causados por essa malformação (BUFFA, 2019; SILVA, 2018), muitos são minimizados quando as intervenções cirúrgicas acontecem nos primeiros meses de vida. Tal argumento se fez notar pela história de vida do sujeito Emerson que passou seus primeiros procedimentos de intervenções entre o oitavo e décimo mês de vida.

Assim conforme relato do senhor Irineu, pai do Emerson, ao adentrar a escola para iniciar sua jornada educacional o menor já havia sido submetido a primeira e única até então cirurgia, tal procedimento teve como finalidade o fechamento do lábio e de todo palato. Emerson ao nascer fora diagnosticado com fissura transforame incisivo unilateral esquerda⁷.

Tal ação corretiva acarretou também uma forma de transição família-escola segundo seu pai que aconteceu de forma tranquila, embora no movimento de autoconhecimento e aceitação de si mesmo o aluno tenha entrado em conflito, sendo por ele percebido que possuía uma diferença e que para os outros passava a ser alvo de curiosidades.

⁷ Fissura Labiopalatina, são a de maior gravidade, acomete o lábio superior sendo estendida até o palato. Sendo conhecida dentro da literatura médica de fissura transforame incisivo. Ainda com Silva (2018, p.34): “podem ser unilateral direita ou esquerda e bilaterais. Atingem o lábio, a arcada alveolar e todo o palato, envolvendo estruturas anatômicas oriundas dos palatos primário e secundário. Sendo o tipo mais frequente a fissura lábio palatina atingem o lábio superior, a maxila anterior e os palatos duro e mole”.

[...] É por que sempre eu conversei muito com ele, falava e começava a mostrar livros, mostrava que estudar é bom e ele se interessava. Inclusive quando ele foi pra escola, toda a criança que vai pela primeira vez no maternal não quer ficar quer correr e ele não ele não chorou, entrou e já foi correndo lá e se deu bem e, graças a Deus não tivemos nenhum problema sobre isso não.

[...] Ele as vezes reclamava, pai eu tenho esse defeito. Falei filho não é defeito não, repare que tem gente que é pior. Mas tem gente que fica olhando pra mim e se alguém falar alguma coisa converse, talvez um dia ninguém não possa mais falar isso. Tentava explicar pra ele que a situação não era essa e que ele podia levar a vida normal. Inclusive até hoje ele se olha muito no espelho sabe, eu tento interagir conversar com ele, porque ele acha que é diferente [...] (Ivo, entrevista em janeiro de 2020).

Vemos o quanto o incentivo e amparo de familiares faz toda diferença pois são os primeiros laços de convívio com qualquer criança e, nesse caso no ambiente familiar se explica e se mostra o cenário social que alguém com essa fissura poderá enfrentar, sendo que a aceitação é fator preponderante frente aos desafios que surgem no decorrer dessa etapa. Acreditamos que a família e escola são ambientes onde os sujeitos especialmente os que trazem consigo malformações e outras deficiências já reconhecidas e que tais sujeitos aprendam outro tipo de convívio humano.

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu (MANTOAN 2003, p. 30).

Ainda sobre a importância da família, comenta o professor da escola e do estudante Emerson:

Quando a criança nasce com o lábio leporino se ela tiver um acompanhamento psicológico, social e o apoio da família eu acho que ela consegue fazer um desenvolvimento da aprendizagem naturalmente como os outros alunos, mas se essa criança não for assistida e continuar com os lábios expostos aí ela vai ter realmente uma interferência, porque os próprios coleguinhas vão começar a interferir na aprendizagem dela (Professor Leonardo, entrevista em dezembro de 2019).

A adaptação e convívio do Emerson transcorreu dentro de uma normalidade, contribuindo para que ele tivesse uma evolução positiva em termos de sua interação com os colegas e educadores, com o aprendizado de conteúdos e com sua própria auto estima. Reiteramos, alguns fatores foram preponderantes para a evolução como as intervenções de tratamento pela família e o fato de a lesão não ter afetado sua voz. Dessa forma, questionamos ao pai sobre a questão de preconceito e sobre seu rendimento na escola, ele afirma:

Ainda não vi ninguém e nem a professora relatar graças a Deus não tive assim problemas.

Na escola é tranquilo, desenvolve muito bem, estuda direito. Parece que não atingiu ele, a mente dele sabe, ele reclama, mas nada que... ele leva a vida normal entre os amigos, os colegas e sobre o estudo, tranquilo (Ivo, entrevista em janeiro de 2020).

No cotidiano escolar observamos durante as visitas que realmente se coaduna com o relato acima, sendo frequente a interação, a participação em brincadeiras com os colegas e uma boa relação com o professor, seguindo o transcurso sem qualquer anormalidade visível, até porque como disse seu professor,

O Emerson ele já passou por cirurgia e usa o aparelho, aí quando estou em sala o ele faz a leitura dentro da sua perspectiva, poucos os alunos citam essa questão né, talvez um ou dois fiquem retraídos, mas não tem assim um impacto. É porque também hoje a escola já trabalha a questão da diferença, a questão do Bullying, e eu acho que isso faz com que os coleguinhas comecem a respeitar, mas se o Emerson não tivesse feito a cirurgia ele teria uma rejeição muito grande (Professor Leonardo, entrevista em dezembro de 2019).

Diante do contexto de exclusão que são vivenciadas por crianças, a iniciativa dessa escola em trabalhar a questão da diferença e do bullying é louvável no sentido de viver de fato ações concretas de construir os espaços inclusivos. E embora tenha sido relatado que a questão específica do sujeito com fissura não tenha sido pauta de formação continuada, a escola tem buscado seus meios para desenvolver prática educativa de diálogo voltado para essa temática.

Diante dos fragmentos de relatos do pai e do professor, somado as observações na escola podemos dizer que o estudante Emerson está tendo um bom rendimento escolar, causado por um conjunto de ações de ordem familiar e escolar que são fundamentais para esse resultado.

Agora passamos a relatar e problematizar a vivência escolar do aluno Ycaro.

Ycaro apesar das diversas tentativas de intervenções de reabilitação dos lábios só conseguiu realizar com sucesso a cirurgia corretiva no ano de 2019, com 11 anos de idade e cursando o 4º ano na Escola Santa Clara. Em decorrência da intervenção tardia e dada a complexidade de sua lesão a voz apresenta-se bastante comprometida. Vale ressaltar que até o momento das observações e entrevista com familiares, o estudante não realizava nenhum procedimento voltado para a reabilitação da voz, nesse caso a fonoterapia.

A transição do estudante com a escola foi bastante difícil, em virtude da sua aparência estética que causava olhar de “curiosidade” e de vergonha por parte dele que está atrelada a questão da voz, consequência comum da malformação crânio facial. Segundo relatos da sua mãe Joana houve casos de situações preconceituosas. Leiamos o que ela diz:

Há foi difícil. Lá em Belém quando ele era criança as outras crianças o chamavam de “bicho” aí eu até tirei ele e passou um bom tempo sem estudar. Em Barcarena ele estudou, foi bem mesmo assim tinha uns alunos que tinham preconceitos com ele (Joana, entrevista em novembro de 2019).

Como diz sua mãe o processo de ambientação escolar não foi exitoso por situações de sentir-se diferente dos demais e de como as outras crianças o observam também de forma diferente, sem contar que por parte da escola ficou dentro da ‘normalidade’ sem atenção devida, dessa forma suas primeiras experiências com as escolas (que antecederam o ingresso na Escola Santa Clara) foram negativas devido até atos preconceituosos. Sobre a escola colocar-se como mediadora no que se refere ao acesso e a permanência com qualidade, a mãe relata que:

Como a escola não interviu na situação, eu o tirei, não quis mais que ele ficasse lá, até discuti com a professora e diretora por que elas não souberam conversar como esta diretora daqui fez [Escola Santa Clara], só jogaram ele lá e pronto aí eu o tirei de lá e também elas não fizeram nem caso, então não ia dar certo (Joana, entrevista em novembro de 2019).

Tais situações negativas ocasionaram momentos conturbados para mãe e o estudante, devido à escola não ter agido com uma prática incluyente, e a escola reforçando sua contribuição com atos de discriminação e desigualdade, conforme nos afirma louro (2016).

Como consequência de todo o mal-estar enfrentado nas escolas, gerou o abandono dos estudos pelo Ycaro, embora as consequências disso não fossem naquele momento percebidas.

Com certo tempo seus pais viram a importância de persistir na continuidade da escolarização do filho que se deu na escola Santa Clara. Nesta escola, houve outro movimento de adaptação para com o estudante, um novo jeito positivo junto ao espaço escolar, o que é confirmado pela secretária.

Bom inicialmente foi a matrícula, sendo que ele chegou durante a gestão da Bruna (Gestora da Escola) e aí ele foi inserido dentro do processo normal (matrícula e tudo) e foi verificado que ele tinha essa dificuldade e houve todo o acompanhamento do professor em sala de aula. A professora percebeu que ele ficava retraído e se isolava um pouco, quando chegava na hora de se socializar no recreio ele também nem aceitava o lanche, dizia que não queria. Porque assim as outras crianças ficavam curiosas, não escapa de nenhuma, sofria bullying. Mas como a escola faz esse trabalho para que isso não venha acontecer e as outras crianças eram orientadas a não fazer, e aí com o tempo ele foi percebendo que a escola deu importância, olhou pra ele né. Quando ele viu isso e começou a se libertar um pouco do que ele tava sentindo daquele afastamento dele e foi quando os professores junto com a equipe gestora tomaram à frente e disseram que iriam resolver e de que forma ajudar o Ycaro (Rose, [secretária] entrevista em dezembro de 2019).

Ainda sobre o processo de escolarização do aluno na escola Santa Clara, agora sob a visão da gestora:

Quando o Ycaro chegou aqui na escola a mãe nos relatou assim dele, que eles vieram embora de Belém e o Ycaro estudava numa escola e era completamente maltratado pelos outros alunos, sofria bullying, aí aqui nós o recebemos de braços abertos (Bruna, [gestora], entrevista em dezembro de 2019).

Dessa forma, a escola fez todo um movimento de inclusão que perpassava ambientá-lo com a escola, que as outras crianças o respeitassem e que ele mesmo soubesse conviver com tudo isso, assim um aspecto contundente foi a atenção para o lado humano daquela criança que devido a sua malformação e pelas experiências negativas exigiam atos de reciprocidade e estima de modo perceptível. Vejamos o relato da professora:

Quando eu cheguei na escola e o Ycaro foi matriculado ele não se sentia bem com todo mundo ele tinha vergonha. Eu acho que ele tinha vergonha, ele não merendava junto com os colegas, ele ficava atrás dos pilares na área do lanche, ele não comia na frente de todo mundo e depois já mais ou menos na metade do ano eu via o Ycaro mais solto. A professora também começou a conversar com ele era outra professora na época, e começou a conversar com ele e tentou entrosar ele na turma e o Ycaro começou a desenvolver. Ele é repetente do quarto ano e desenvolveu bastante, quando ele veio ele era muito retraído (Professora Nazaré, entrevista em dezembro de 2019).

Nessa mesma direção, houve uma postura e iniciativa da escola com todo no sentido de um amparo para que o aluno pudesse realizar sua primeira cirurgia corretiva, pois traria uma nova perspectiva de vida, de auto estima e obviamente um sentimento de aceitação dele com sua dificuldade, assim:

Nós procuramos o CRAS, o Ycaro foi pra consulta, mas ficava assim marca remarca. Quando foi um dia abençoado por Deus nós fomos num passeio levar os alunos pra conhecerem o IFPA e lá eu conheci um filho de Deus e nós tocamos no assunto do Ycaro. O professor de lá ficou comovido com a situação e disse que ia ajudar pois conhecia uma pessoa que ia ajudar ele. Nós ficamos assim totalmente felizes com essa situação e o professor foi de palavra. Ele levou o Ycaro pra Belém, ele trouxe o Ycaro e foi assim que nós conseguimos através de uma outra pessoa e até agora ela dá dando o suporte pro Ycaro. O Ycaro já fez a primeira cirurgia, melhorou e como você já viu hoje está igual um passarinho voando, que até as vezes a gente tem que chamar atenção, mas a gente fica feliz porque é um ser humano, ter solidariedade com a outra pessoa. A gente diz assim: deixa ficar aí, ter empatia e ajudar o próximo (Bruna, [Gestora], entrevista em dezembro de 2019).

Em contraste com as experiências frustrantes que houveram em duas escolas Ycaro experimentou outra vida escola, sendo visto como humano e dentro da sua necessidade e demanda e da parte da escola aprendeu com todo esse processo, que proporcionou outra possibilidade pessoal e educacional.

Tal iniciativa da Escola Santa Clara remete ao que orientado no paradigma educacional inclusivo e, nos enche de expectativas de que o caminho é esse, com ações como essas e que nos ajudam a visualizar um fazer educativo prazeroso e aprendente, onde as instituições de ensino realmente assegurem meios para o pleno desenvolvimento da pessoa, em que os estudantes sejam vistos em suas necessidades e interesses. É claro que por parte da escola outras ações voltadas para o acolhimento e convívio de todos foram sendo estabelecidas:

Nós trabalhamos o tema do bullying e falamos através do devocional que a gente chama, então o devocional são temas geradores: amor, respeito, o bullying tudo que envolve. A gente reunia todos da manhã e da tarde e o professor trabalhava durante a semana no decorrer. Porque aqui na escola a gente percebe que tem criança assim que é especial e os alunos abraçam, todos eles, eles cuidam e mudou o olhar deles através desse trabalho que foi feito através do devocional onde eram colocado os temas e os professores através dos slides colocavam filmes onde eram apresentados situações onde eles podiam vivenciar o que um aluno e tinha especificamente como o Ycaro e outras deficiências, e se ele passasse e de que forma o papel dele seria importante para acolher, eles optaram por acolher e achavam que seria muito melhor eles fazerem parte da vida deles passando carinho e sendo mais amigo do que sendo os autores daquele bullying. Eles viram que tinha uma diferença e quando isso foi alcançado o problema aqui na escola terminou, as crianças especiais inclusive os próprios professores relatam que eles dão prioridade dentro da sala de aula, olha o meu colega eles falam, todos querem cuidar, então assim pra gente foi uma vitória grande (Bruna, [gestora], entrevista em dezembro de 2019).

Esta ação concreta exemplifica pela gestora Benedita que se realiza na escola é uma demonstração do quanto coisas simples precisam e podem ser realizadas no sentido de construir um currículo vivo e includente. Desenvolver ações que favoreçam aprendizados de todos/as, que visam propagar o respeito a diferença, a valorização do outro e a importância de uma convivência saudável nos levam a perceber o que Mantoan (2003), diz ser a inclusão um caminho sem volta, pois com atos contínuos e eficazes aprenderemos e construiremos espaços escolares e sociais inclusivos.

Embora saibamos que o caminho ainda é longo frente as exigências impostas pela diversidade de alunos/as ainda assim o caminho é o da construção de atitudes e práticas que transformem as escolas e as pessoas, onde não haja tempo para a indiferença e para atitudes preconceituosas.

Ycaro e Emerson ao nascer trouxeram algo em comum, ambos foram diagnosticados com o mesmo tipo fissura. Também, dos dois alunos relatam ter vivido situações de preconceito, que com o apoio familiar e o escolar estão conseguindo avançar nos estudos e na construção da sua identidade. Emerson relata que o que mais gosta de fazer na escola é brincar com seus amigos. Na sala de aula quando é solicitado participa ativamente, já Ycaro apresenta traços de um período traumático vivenciado em outros ambientes escolares por onde passou, sendo na escola Santa Clara uma vivência diferenciada, onde teve um olhar para suas necessidades e especificidades, e sob a intervenção dessa escola ele ainda se considera inseguro devido o distúrbio na fala, mas no todo interage e brinca com outros alunos/as, participa das atividades na classe e extra classe. Seus avanços são perceptíveis, relatado pela sua mãe com entusiasmo e por alguns da escola.

2.3 Educação Inclusiva: dilemas e desafios dos professores no ambiente escolar

No decorrer da história da educação a formação de professores tornou-se pauta recorrente nas pesquisas, nos encontros, em normativas do país e em debates a temática da inclusão. Também, são desafiadoras e voláteis as demandas do cotidiano escolar, logo, tal dinamismo exige uma formação do educador de modo qualificado, atualizado e comprometido com o ser humano e com as constantes mudanças, uma formação que possibilite aos professores serem protagonistas de estratégias pedagógicas no ambiente escolar e para com a aprendizagem dos alunos.

Em se tratando da construção de um modelo educacional inclusivo o educador é peça importantíssima para construção de espaços inclusivos e concomitantemente contribuir na transformação das práticas até então consolidadas nos ambientes escolares, sendo tal movimento e ressignificações visto por alguns professores de acordo com Mantoan (20003), “como ameaçador”.

Assim, outras necessidades especiais demandam para o contexto escolar práticas que atendam a tais anseios, especialmente com aqueles sujeitos que pôr algum motivo ou circunstância não estão tendo seus direitos respeitados nesse espaço.

Este paradigma inclusivo suscita mudanças pontuais e, ao mesmo tempo, nos conduz a refletir sobre quem são os sujeitos que chegam na escola. Para isso torna-se fundamental que nossa reflexão e ação seja repensada. De acordo com Arroyo (2017, p.53):

Precisamos de um projeto educativo, de conhecimento dos currículos para sujeitos concretos, em contextos concretos, com essas histórias concretas, com essas configurações concretas de classe, gênero, raça, nos velhos-novos tempos de segregação social, radical, sexual.

Um projeto educativo que entendemos íntegro a todos, pontualmente voltada as pessoas com deficiência que diante das novas exigências legais passaram a compor as classes regulares de ensino. Entretanto, a realidade se mostra controversa, com propostas educacionais aquém de sua formalização e com uma dinâmica educativa mais evidente para que realmente os sujeitos possam se beneficiar desse ambiente importantíssimo ao seu desenvolvimento integral.

Novos sujeitos demandam novas pedagogias e, conseqüentemente, a certeza do inacabado que nos instiga a aprender sempre e frente as imposições trazidas pelo novo século. Exige-se como já afirmamos uma formação de professor coadunada com os anseios contemporâneos, ou seja, uma formação voltada para sujeitos concretos que nos desafiam a cada dia há pensar novas práticas capazes de auxiliar o processo de autonomia de cada um.

Sobre o assunto, Mantoan (2003, p.42) acusa o professorado de “não estarem ou não terem sido preparado para esse trabalho”, fato que tem grande impacto na construção de espaços e práticas inclusivas. Em certa medida podemos dizer que muitos dos professores que possuem um longo período de atuação não tiveram no decorrer da sua formação currículos voltados para tal projeto, ou que não experienciaram ambientes que pudessem refletir sobre isto em sua formação. Também, por vezes, o tipo de formação continuada não é propícia ao debate de modo profundo e contextualizado, logo há pouca troca de saberes. As pesquisas, evidenciam a necessidade de os cursos de formação serem reformulados, que traga um currículo mais diversificado, inclusivo e pautado na diversidade.

Na construção de uma outra ordem pedagógica inclusiva, é fundamental que os professores tenham comprometimento ético, social e profissional na construção de uma sociedade capaz de garantir o acesso e permanência a todos sem qualquer forma de discriminação. Em virtude disse Freire (2016, p.171) diz que: “Uma verdadeira docência é investigação; o que nada tem a ver com a investigação é a docência que é feita apenas por meio de discursos verbais”. Com base no autor, a nós professores cabe adentrarmos na realidade educacional, social, comunitária para a construção de ambientes inclusivos, sendo vital investigar práticas exitosas de inclusão junto a sujeitos com ou sem deficiências.

Acreditamos que através da ação de pesquisar de docentes atuantes e em formação muito pode qualificar e ir modificando decisões e ações, sendo esse um movimento contínuo. Tal iniciativa torna a prática docente uma constante construção de novos saberes que dentro do processo amplo das/nas escolas o trabalho pedagógico assim o exige. Ao se deparar com novas demandas pouco conhecida devido à escassez de estudo o professor deve-se se permitir ao novo mesmo que isso desestabilize a priori sua conduta docente. Como podemos observar no relato da professora do estudante Ycaro:

[...] Olha eu vou ser sincera contigo, eu sabia bem pouco até antes, mas comecei a aprender e a buscar informações a partir de quando me deparei com o aluno comigo. É uma realidade que tem de enfrentar e tentar solucionar, porque as vezes tem coisas que você não entende, mas você precisa aprender para poder ajudar seu aluno, então eu fui buscar informações através do aluno, procurar saber, é que uma má formação que a criança tem, no caso a mãe na gestação [...] (Professora Nazaré, entrevista em dezembro de 2019).

O relato acima corrobora com o pensar de Freire referente ao processo formativo continuado na e para a docência, exigência frente as demandas dos sujeitos, no sentido de uma postura e escola inclusiva. Fato até então desconhecido ou sem tamanha amplitude educacional por parte dos professores.

Assim, a formação dos professores dentro de uma visão inclusiva não pode formar com uma visão de meros transmissores de conhecimento, ao contrário precisa se pautar num ensino de construção de conhecimentos com participação de todos os envolvidos, situando a diferença que nos caracteriza como ponto de partida para a busca por outras práticas pedagógicas.

Nossas escolas assim como os professores com raras exceções ainda ‘se queixam’ de não estarem preparados para o atendimento a todos os sujeitos de modo igualitário e com a heterogeneidade de uma turma, assim a escola com seus envolvidos carece de aprender a atuação dentro de um projeto educacional inclusivo e agir é preciso. O relato do professor do estudante Emerson corrobora com os argumentos expostos até o momento.

[...] A escola ela precisa estar preparada e ter uma logística e uma estrutura bem organizada para poder receber aquele aluno com uma situação especial, então esse aluno ele precisa ser incluído de maneira emocional, de maneira psicológica de maneira social e até médica. Então ele precisa ser incluído de todas essas formas e muitas vezes a escola não está totalmente preparada para isso, pois enquanto professor e profissional da educação, vejo que também nós não estamos preparados, então na verdade a inclusão ela foi colocada na sociedade ainda sem essa preparação, mas enfim ela tá sendo imposta e a gente tá tentando se adaptar, a gente faz as nossas formações e tentando fazer com que esse aluno seja incluído, mas ele não está totalmente incluído né [...] (Professor Leonardo entrevista em dezembro de 2019).

A fala desse profissional da educação que diariamente vivencia o chão da escola e participa ativamente confirma o que já sabemos, a necessidade de buscarmos avançar no dilema escolar com sentido de atrasos ou obrigados a demanda da inclusão. Somos educadores que em uma sociedade diversa e plural como a nossa, projetos educativos precisam ser avivados nos espaços escolares com atitudes e ações ao encontro da valorização da diferença nestes espaços.

Nossa educação e conseqüentemente a questão formativa dos profissionais deve ser redimensionada tendo como finalidade hoje a ruptura dos mais variados atos de segregação e negação do outro. Sendo uma reformulação pautada em aprendizagens significativas, onde o professor adquira um olhar sensível e consiga através dos desafios buscar meios que auxiliem novas maneiras de exercer a docência junto dos alunos e demais envolvidos.

Novas maneiras e novos caminhos nos instigam a refletir a necessidade de nos apropriarmos de novos conhecimentos, novos saberes e novas estratégias pedagógicas, tendo em vista o dinamismo que se tornou exigido nas nossas escolas. Metaforicamente, Freire (2016, p.24), nos convida a refletir a necessidade de adquirirmos novos saberes fundamentais para prática:

A prática de velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o domínio do barco, das partes que o compõem e da função de cada uma delas, como o

conhecimento dos ventos, de sua força, de sua direção, os ventos e as velas, a posição das velas, o papel do motor e da combinação entre motor e velas. Na prática de velejar se confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes.

Acreditamos que na prática docente inclusiva os professores devem ter na sua formação inicial e continuada o entendimento de sempre buscar novos saberes que auxiliam sua ação docente. O modelo educacional inclusivo já não pode ser postergado, os alunos desafiam a cada dia, porém cabe aos professores dá as respostas e mediar um aprender diferente de forma significativa, sendo as diferenças do seu alunado percebida e trabalhada para que esses sujeitos possam experienciar novas maneiras que realmente os faça se sentirem incluídos.

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais (MANTOAN, 2003, p.30).

Que a ação docente seja pautada no respeito as diferenças, sendo as mesmas o ponto para o avançar e não mais a ação de invisibilizar sejam rotineiras. Seja uma prática onde todos os alunos aprendam a conviverem juntos, pois só assim convivendo será possível aprender a ver o outro como viável e educável, sendo o professor o mediador desse processo de desconstrução e ao mesmo tempo de construção de uma sociedade inclusiva que valoriza as diferenças que nos caracterizam como seres humanos.

Com base nos relatos e nas observações, ousamos dizer que um dos dilemas vivenciados pelos professores é o convívio na sala de aula com uma diversidade de alunos o que pressupõe saber lidar com um processo educativo includente e heterogêneo, pois há singularidades que denotam necessidades próprias e que precisam da atenção dos professores. Também, vimos como urgente e útil um processo de formação continuada atrelada a pauta concreta das escolas.

Em suma, precisamos olhar a prática educativa como de permanente aprendizado coletivo da escola e por cada um/a educador/a, dessa forma tomamos consciência do quão importante e complexo é o ato de mediar o conhecimento, no sentido político da educação para a tal construção de uma nova sociedade, sendo esta profundamente de respeito as diferenças e includente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discutir a educação inclusiva levando em conta o processo de inclusão da criança com fissura labiopalatina em duas escolas municipais e mais considerando os extratos da minha própria história de vida de estudante com rosto marcado por tal fissura. Buscou acentuar os desafios dos docentes e as condições de interação e de aprendizagem por parte dos estudantes Ycaro e Emerson.

Apontamos, com base no aprofundamento da temática e com os dados coletados, os seguintes resultados da pesquisa:

A questão da inclusão na educação escolar necessita ainda, nos dias atuais, ser ressignificada, repensada e aprofundada por todos enquanto um modo de respeito as diferenças, de convívio com a diversidade e de cidadania plena, desse modo para além dos sujeitos público alvo da educação especial que de fato precisam de atenção e respeito, ela se constitui nos meandros das boas e saudáveis relações sociais, na qualidade do atendimento educacional e educativo e no aprendizado contínuo com todos que buscam a escola. A escola inclusiva se põe em marcha na aprendizagem e bom atendimento a todos os sujeitos com suas demandas e necessidades, logo cotidianamente é convidada a aprender o potencial das singularidades dos alunos, pois suas demandas são fatores que podem redirecionar ações e dessa forma a escola se torna continuamente num ambiente inclusivo.

As pessoas acometidas de fissura labiopalatina atualmente não estão na categoria de deficiência, devido não se enquadrarem em nenhuma das deficiências atualmente em vigor e reconhecidas. Talvez por isso, os estudos apontam que tais sujeitos tenham suas particularidades invisibilizadas no ambiente escolar.

Emerson e Ycaro durante as observações e diálogos afirmaram que gostam e se sentem bem nas suas respectivas escolas, embora Ycaro tenha experienciado situações negativas em ocasiões passadas hoje com a dinâmica e engajamento da escola diante dos entraves oriundos da malformação crânio facial já deslumbra de novos horizontes. Na questão da aceitação concernente ao reconhecimento como sujeito acometido com fissura e as consequências ambos estão imersos no processo de amadurecimento, embora já deixam transparecer certos entendimentos específicos sobre sua identidade no que tange a questão da fissura labiopalatina.

Nas escolas pesquisadas vimos que há formas distintas de tratar a inclusão e também com os alunos que possuem a fissura. Na Escola Santa Clara houve um movimento que convergiu para sua especificidade, enquanto na Escola Cepal o aluno com FLP passou sem que suas demandas fossem observadas, ocasionando sua invisibilidade no espaço.

Percebemos que a escola Santa Clara após ter conhecimento da história de vida do aluno Ycaro e das experiências negativas por ele vivenciada, adotou sob a vigilância da gestora da escola todo um movimento de adaptação, conscientização e até mesmo de estudo sobre tal anomalia no sentido de proporcioná-lo um ambiente prazeroso e de bem viver junto dele, o que foi bastante benéfico para ele, conforme o relato de sua família.

Na Escola Ascendendo as Luzes (Cepal), junto ao aluno com fissura não houve nenhum atendimento diferenciado ou mais pontual, assim mesmo ele conseguiu obter um rendimento razoável em seu aprendizado escolar, talvez em virtude das mínimas sequelas, pois ao adentrar na referida escola Emerson já tinha realizado a cirurgia de correção.

As experiências dos alunos Emerson, Ycaro e a minha evidenciam que embora mesmo com a escassez de estudos voltados para essa anomalia em mediação a todo um processo escolar que deriva de tal situação, ainda assim os educadores de modo geral que estão na vanguarda das escolas podem proporcionar e ter um olhar sensível frente as nossas limitações e a todo processo inclusivo que precisa se fazer nesse espaço, pautando como mencionamos as demandas reais, as particularidades dos sujeitos e o respeito com as diferenças como um dos princípios. Desse modo, o percurso escolar se fará pautado no acolhimento e construção de novos valores, saberes e posturas que proporcione não somente aos alunos com essa anomalia, mas a todos os sujeitos condições propícias para o pleno desenvolvimento humana, conforme sinaliza os atuais documentos legais para a educação escolar.

No geral, em termos de educação escolar há que se investir no aprendizado do modelo educacional que respeita as particularidades e no investimento formativo que possa construir alternativas pedagógicas includentes e de suprir as condições dos sujeitos. Sabemos que espaços escolares inclusivos podem ser canais propícios para se almejar uma sociedade com espaços também inclusivos.

Partindo desse pressuposto e, também, por ter a experiência dos enfrentamentos porque passam as pessoas com essa malformação, posso dizer que esse trabalho foi de grande relevância para mim porque estou tendo a oportunidade de contribuir e participar da construção de estudos voltados para essa demanda específica, ainda que de forma inicial aprendi e socializo um pouco das questões pertinentes a essa anomalia e sobre o processo de inclusão escolar.

Como pedagogo em permanente formação, minha luta é para contribuir nessa área específica e a realização desse estudo como uma primeira experiência foi gratificante, pois da pedagogia para a sociedade e para o espaço escolar, coloco-me na luta por inclusão de modo amplo, assim no espaço que possa vir a atuar continuarei a problematizar sobre tais questões

sinalizadas ao longo do texto, detidamente a de sujeitos com fissura labiopalatina que possam conviver sem qualquer forma de discriminação.

Por último, percebemos que na cidade de Abaetetuba, são ínfimos a discussão e produção sobre essa anomalia, logo o estudo de algum modo poderá servir como um subsídio à temática, na medida que, reiteramos, a luta é para que todos e todas sejam valorizadas e respeitadas no espaço escolar e fora dela, pois somente assim poderemos constituir uma sociedade menos injusta e com menos preconceitos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. A inclusão social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, nº 2, p. 63 – 70, 1995

_____. **Projeto escola viva:** garantido o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2000.

_____. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, ano XI, n.21, p. 160-173, 2001.

ARROYO, M.G. O humano é viável? É educável? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.17, n. 35, p. 21-40, maio/ago. 2015.

_____. **Passageiro da noite:** do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 01 de Março de 2020, 16:30.

_____. **Decreto-lei nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/402854>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2020, 23:19.

_____. **Decreto-lei nº 6. 949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 12 de setembro de 2019, 16:37.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.58 p.

BUFFA, Maria José Monteiro Benjamin. **A inclusão da criança com fissura labiopalatina no ensino regular:** uma visão do professor de classe comum. Tese (Distúrbios da Comunicação Humana). Universidade de São Paulo, USP, Bauru, 2009.

UNESCO, DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais:** acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 1994.

DEMARTINI, Z.B.F. Algumas anotações sobre história de vida e a prática de pesquisa em educação **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.15, n.31, p. 229-247, jul./dez. 2013.

FRANÇA, Tiago Henrique. **A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Vol. 6 nº 11, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016.

_____. Paulo. **Pedagogia da tolerância.** 5ª Ed. São Paulo: Editora Paz e terra, 2016

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar.** 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

_____. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Como fazer?.** Moderna. São Paulo, 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Declaração de Jomtien.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-jomtien/>>. Acesso em: 25 de fev. 2020.

SARTORETTO. Maria Lúcia. In: MANTOAN, Maria. **O desafio das diferenças nas escolas.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

SILVA, Glorismar Gomes. **Escolarização de crianças com fissuras lábio palatina.** Tese (Doutorado). Universidade de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos. 2018.

STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VASCONCELOS, B.C.E.; SILVA, E.D.O.; PORTO, G.G.; PIMENTEL, F.C.; MELO, P.H.N.B. **Incidência de malformações congênitas lábiopalatinas.** Rev. Cir. Traumat. Buco – Maxilo-Facial, v.2, n.2, p. 41-46, jul/dez. 2002.

APÊNDICE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
Rua da Angélica s/n.º - Mutirão - Fone/Fax: (91) 3751-1107
ABAETETUBA – PARÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada(o) e/ou participar na pesquisa de campo (informações, relatos, depoimentos, história de vida etc.) referente a pesquisa com o título provisório: **O processo de inclusão da criança com fenda labiopalatina no Município de Abaetetuba-PA**, que busca investigar a realidade educacional no que tange ao processo de inclusão de estudantes com fissuras, comumente conhecido como Lábio Leporino. Tal pesquisa ganha relevância haja visto que tais sujeitos por muitas vezes ficam a margem de políticas sociais, especialmente as condições de acesso e permanência nos espaços escolares, assim nosso interesse é estudar os desafios, as condições de interação, desenvolvimento e aprendizagem deles. A investigação é parte substancial do **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC** em fase de finalização da acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia/UFPA/Campus Abaetetuba – **Müller Júnior Sousa Ferreira**, devidamente matriculado nesta Instituição de ensino.

Fui informada(o), ainda, de que a pesquisa é orientada pela professora Eliana Campos Pojo Toutonge, a quem poderei contactar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail elianapojo@ufpa.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos de estudo e que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelos pesquisadores e/ou seus orientadores.

Fui informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Abaetetuba, 28 de janeiro de 2020

Assinatura do(a) participante

Assinatura da proponente/orientando

Eliana Campos Pojo Toutonge

Assinatura do(a) testemunha(a)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

Abaetetuba, 23 de outubro de 2019.

Senhor (a),
(Gestor(a) da E.M.E.I.F. Santa Clara)

Por meio desta apresento o estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia/UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba – MÜLLER JÚNIOR SOUSA FERREIRA, devidamente matriculado nesta Instituição de ensino, o qual encontra-se em fase de **Trabalho de Conclusão de Curso - TCC** cujo enfoque trata-se da Educação Inclusiva, no que tange a inclusão do/os alunos/as que apresentem alguns tipos de fissuras labiopalatinas (FLP) na escola básica. Inicialmente, o objetivo é estudar como vem ocorrendo o processo de inclusão da criança com fenda labiopalatina, em escolas do município de Abaetetuba, visando saber seus desafios, as condições de interação, desenvolvimento e aprendizagem.

Para isso, peço que sejam disponibilizados documentos oficiais bem como outras informações para que o estudante possa realizar o estudo, sendo estes utilizados com a devida atenção e zelo acadêmico.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo formativo da estudante. Em caso de dúvida, você pode entrar em contato pelo telefone: (91) 987429596 ou pelo e-mail: elianapojo@ufpa.br

Atenciosamente,

Profa. Orientadora Eliana C. P. Toutonge
FAECS/Campus de Abaetetuba/UFPA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE PEDAGOGIA**

Abaetetuba, 23 de outubro de 2019.

Senhor (a)
(Gestor(a) da E.M.E.I.F. Acendendo as Luzes [CEPAL])

Por meio desta apresento o estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia/UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba - MÜLLER JÚNIOR SOUSA FERREIRA, devidamente matriculado nesta Instituição de ensino, o qual encontra-se em fase de **Trabalho de Conclusão de Curso - TCC** cujo enfoque trata-se da Educação Inclusiva, no que tange a inclusão do/os alunos/as que apresentem alguns tipos de fissuras labiopalatinas (FLP) na escola básica. Inicialmente, o objetivo é estudar como vem ocorrendo o processo de inclusão da criança com fenda labiopalatina, em escolas do município de Abaetetuba, visando saber seus desafios, as condições de interação, desenvolvimento e aprendizagem.

Para isso, peço que sejam disponibilizados documentos oficiais bem como outras informações para que o estudante possa realizar o estudo, sendo estes utilizados com a devida atenção e zelo acadêmico.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo formativo da estudante. Em caso de dúvida, você pode entrar em contato pelo telefone: (91) 987429596 ou pelo e-mail: elianapojo@ufpa.br

Atenciosamente,

Profa. Orientadora Eliana C. P. Toutonge
FAECS/Campus de Abaetetuba/UFPA